



SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ CE

**Auditor-Fiscal Da Fazenda Estadual
Gestão Fazendária - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-CE**, cargo de **Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Gestão Fazendária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/3GbcKLNdH2Sqqvml9>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E	121 - A B C D E	141 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E	122 - A B C D E	142 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E	123 - A B C D E	143 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E	124 - A B C D E	144 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E	125 - A B C D E	145 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E	126 - A B C D E	146 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E	127 - A B C D E	147 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E	128 - A B C D E	148 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E	129 - A B C D E	149 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E	130 - A B C D E	150 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E	131 - A B C D E	151 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E	132 - A B C D E	152 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E	133 - A B C D E	153 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E	134 - A B C D E	154 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E	135 - A B C D E	155 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E	136 - A B C D E	156 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E	137 - A B C D E	157 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E	138 - A B C D E	158 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E	139 - A B C D E	159 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E	140 - A B C D E	160 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4tVVSC2>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO:**

“O homem, por mais que perca, não gosta de perder. Pode resignar-se, pode acomodar-se, pode até fingir indiferença; mas dentro dele alguma coisa protesta contra a perda. Não é apenas o objeto perdido que dói: é também a sensação de que algo nos foi arrancado, diminuindo-nos.”

(Texto adaptado de crônica brasileira contemporânea)

1. Depreende-se corretamente do texto que a reação humana diante da perda

- a) varia de tal modo entre os indivíduos que não admite qualquer generalização.
- b) se limita ao sofrimento provocado pela ausência concreta do que foi perdido.
- c) pode apresentar aparente conformidade, sem que isso elimine um desconforto íntimo.
- d) decorre exclusivamente da incapacidade de aceitar mudanças inevitáveis.
- e) é caracterizada, em todos os casos, por manifestações exteriores evidentes.

2. A afirmação final do texto amplia o sentido da perda ao sugerir que ela

- a) produz apenas a ausência do objeto perdido.
- b) compromete a percepção que o indivíduo tem de si mesmo.
- c) reforça a necessidade de resignação.
- d) acentua a dimensão material do sofrimento.
- e) elimina progressivamente a capacidade de reação.

3. A correlação entre tempos e modos verbais está adequada em:

- a) Se o pesquisador revesse os dados, encontrava inconsistências relevantes.

- b) Caso os leitores compreendam o contexto, teriam percebido a ironia do autor.
- c) Se a comissão mantivesse os critérios anteriores, os resultados seriam mais consistentes.
- d) Embora o texto seja simples, exigiria releitura no passado.
- e) Quando os dados foram analisados, a hipótese venha a ser confirmada.

4. Há emprego de sentido figurado em:

- a) O relatório foi entregue aos membros da comissão no prazo previsto.
- b) A cidade acordou sob o peso de uma notícia inesperada.
- c) Os documentos permaneceram arquivados durante cinco anos.
- d) A equipe técnica examinou os resultados da pesquisa.
- e) O prédio foi reformado após a vistoria.

5. Está correta a redação da frase que se encontra em:

- a) As circunstâncias excepcionais a que se atribuem certas decisões nem sempre são facilmente apreensíveis por aqueles que se limitam a análises apressadas.
- b) As circunstâncias excepcionais à que se atribuem certas decisões nem sempre são facilmente apreensíveis por aqueles que se limitam a análises apressadas.
- c) As circunstâncias excepcionais a que se atribui certas decisões nem sempre são facilmente apreensíveis por aqueles que se limitam a análises apressadas.
- d) As circunstâncias excepcionais a que se atribuem certas decisões nem sempre são facilmente apreensíveis por aqueles que se limitam à análises apressadas.
- e) As circunstâncias excepcionais a que se atribuem certas decisões nem sempre são facilmente apreensíveis por aqueles que se limitam a análises apressadas.

6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Atribuem-se às transformações sociais um conjunto de causas que raramente se deixam explicar por um único fator.
- b) Não se devem ignorar, em análises históricas rigorosas, os conflitos que atravessam determinada época.
- c) Pode ocorrer, em contextos de crise, manifestações que compromete a estabilidade das instituições.
- d) Devem haver, entre os estudiosos do tema, razões suficientes para rever essa interpretação.
- e) Tratam-se de argumentos cuja fragilidade não escapam aos leitores mais atentos.

7. É plenamente regular o emprego da vírgula na frase:

- a) Ao reconhecer os limites da própria análise, o autor evita conclusões apressadas e preserva a complexidade do tema.
- b) O autor reconhece, os limites da própria análise, e evita conclusões apressadas.
- c) Ao reconhecer os limites da própria análise o autor, evita conclusões apressadas.
- d) O autor, ao reconhecer os limites da própria análise evita, conclusões apressadas.
- e) O autor reconhece os limites da própria análise, e evita, conclusões apressadas.

8. Identifica-se emprego de voz passiva no trecho:

- a) Muitos estudiosos ainda discutem os efeitos da tecnologia sobre a leitura.
- b) Houve mudanças significativas nos hábitos culturais da população.
- c) Reconhecem-se, em diferentes épocas, formas diversas de resistência ao esquecimento.
- d) Os leitores mais atentos perceberam a ironia do narrador.
- e) O autor trata de questões que permanecem atuais.

9. No período “Embora reconheça a relevância da proposta, o autor ressalta seus limites”, a oração destacada expressa ideia de:

- a) causa
- b) condição
- c) finalidade
- d) concessão
- e) consequência

10. Transpondo-se para o discurso indireto a frase “O pesquisador afirmou: — Esta hipótese ainda exige novas comprovações”, obtém-se corretamente:

- a) O pesquisador afirmou que esta hipótese ainda exige novas comprovações.
- b) O pesquisador afirmou que essa hipótese ainda exigia novas comprovações.
- c) O pesquisador afirmou que aquela hipótese ainda exigia novas comprovações.
- d) O pesquisador afirmou que aquela hipótese ainda exigirá novas comprovações.
- e) O pesquisador afirmou que esta hipótese ainda exigiria novas comprovações.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Uma empresa de logística sediada em Fortaleza distribuiu o total de R\$ 15.750,00 entre duas aplicações financeiras, ambas no regime de juros simples, pelo prazo de 5 meses. A primeira aplicação rendia à taxa de 5% ao mês e a segunda, à taxa de 6% ao mês. Ao final do prazo, a soma dos montantes resgatados nas duas aplicações era igual a R\$ 20.000,00. Nessas condições, o menor dos dois valores aplicados foi de

- a) R\$ 6.250,00
- b) R\$ 5.450,00
- c) R\$ 5.875,00
- d) R\$ 9.500,00
- e) R\$ 7.750,00

12. Uma transportadora contraiu um financiamento no valor de R\$ 150.000,00 para renovar parte de sua frota, a ser quitado em 50 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira ao final do 1º mês. O financiamento foi contratado pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), à taxa de juros compostos de 2% ao mês, resultando em prestações de R\$ 4.500,00 cada uma. Com base nesses dados, o saldo devedor do financiamento, imediatamente após o pagamento da 2ª prestação, será de

- a) R\$ 141.000,00
- b) R\$ 148.500,00
- c) R\$ 146.970,00
- d) R\$ 147.000,00
- e) R\$ 144.030,00

13. Uma empresa de tecnologia avalia um projeto de investimento que se desenvolve ao longo de 5 períodos sucessivos. Na data inicial (data zero), há um desembolso de R\$ 500,00; em seguida, o projeto proporciona quatro recebimentos consecutivos de R\$ 100,00, ao final de cada um dos períodos 1, 2, 3 e 4; e, ao final do 5º período, um único recebimento final de valor X. Sabendo-se que a taxa interna de retorno desse projeto é de 20% por período, o valor de X, em reais, é

- a) 100
- b) 400
- c) 500
- d) 600
- e) 700

14. Uma empresa possui duas duplicatas de mesmo valor nominal e decide antecipá-las em uma instituição financeira segundo o critério do desconto racional composto, a uma taxa de juros compostos de 20% ao ano. Uma das duplicatas foi descontada 1 ano antes de seu vencimento e a outra, 2 anos antes de seu vencimento. Sabendo-se que a soma dos dois valores atuais foi igual a R\$

22.000,00, a soma dos valores nominais das duas duplicatas é igual a

- a) R\$ 31.680,00
- b) R\$ 26.400,00
- c) R\$ 27.200,00
- d) R\$ 28.000,00
- e) R\$ 28.800,00

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

15. Um auditor da SEFAZ-CE analisou os tempos, em minutos, de processamento de 9 autos de infração eletrônicos, obtendo os seguintes valores:

12, 15, 18, 18, 21, 24, 27, 30, 75

Com base nesses dados, assinale a alternativa correta.

- a) A média aritmética é inferior à mediana e a amplitude é igual a 63.
- b) A média aritmética é superior à mediana e a amplitude é igual a 75.
- c) A mediana é igual a 24 e a amplitude é igual a 63.
- d) A média aritmética é superior à mediana e a exclusão do valor 75 reduz simultaneamente a média e a amplitude.
- e) A exclusão do valor 75 aumenta a média e reduz a amplitude.

16. Uma equipe da SEFAZ-CE será composta por 4 auditores dentre 10 disponíveis, devendo obrigatoriamente conter pelo menos 2 mulheres. Sabe-se que, entre os 10 auditores, há 6 homens e 4 mulheres. O número total de equipes distintas que podem ser formadas é:

- a) 105
- b) 110
- c) 115
- d) 120
- e) 126

17. Considere uma variável aleatória X com distribuição de Poisson de parâmetro $\lambda = 3$. A probabilidade de ocorrerem exatamente dois eventos é:

- a) inferior à probabilidade de ocorrerem exatamente quatro eventos.
- b) igual à probabilidade de ocorrerem exatamente quatro eventos.
- c) igual a $\frac{27e^{-3}}{8}$.
- d) superior à probabilidade de ocorrerem exatamente quatro eventos.
- e) igual a $\frac{81e^{-3}}{24}$.

18. Em determinado estudo tributário, uma amostra aleatória simples de 100 empresas apresentou proporção amostral de inadimplência igual a 0,36. Admitindo nível de confiança de 95% e utilizando $z_{0,025} = 1,96$, o erro máximo da estimativa intervalar da proporção populacional é aproximadamente:

- a) 0,048
- b) 0,064
- c) 0,082
- d) 0,090
- e) 0,094

19. Considere as proposições:

- “Se um contribuinte omite receita, então comete infração tributária.”
- “Todo contribuinte que comete infração tributária está sujeito à penalidade.”

Com base exclusivamente nessas proposições, conclui-se logicamente que:

- a) Se um contribuinte está sujeito à penalidade, então omitiu receita.
- b) Se um contribuinte não omitiu receita, então não está sujeito à penalidade.
- c) Se um contribuinte não está sujeito à penalidade, então não omitiu receita.

d) Todo contribuinte sujeito à penalidade cometeu infração tributária.

e) Nenhum contribuinte que omite receita está sujeito à penalidade.

20. Uma variável aleatória contínua X possui distribuição normal com média $\mu = 50$ e desvio-padrão $\sigma = 10$.

Considere: $P(0 < Z < 2) = 0,4772$

A probabilidade de X assumir valor superior a 70 é:

- a) 0,0228
- b) 0,0456
- c) 0,4772
- d) 0,5000
- e) 0,9544

21. Durante uma apuração interna da SEFAZ-CE, quatro auditores — A, B, C e D— prestaram depoimentos sobre irregularidades em determinado relatório fiscal.

Sabe-se que exatamente dois dos auditores mentiram.

As declarações foram:

- A: “B e C tiveram o mesmo comportamento lógico.”
- B: “D mentiu.”
- C: “A mentiu.”
- D: “B e C mentiram.”

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas A e B mentiram.
- b) Apenas A e D mentiram.
- c) Apenas B e C mentiram.
- d) Apenas B e D mentiram.
- e) Apenas C e D mentiram.

22. Uma sequência numérica é construída segundo a regra:

- o primeiro termo é 3;
- cada termo seguinte é obtido somando-se ao termo anterior o maior divisor primo do termo anterior.

O décimo termo dessa sequência é:

- a) 35
- b) 36
- c) 40
- d) 42
- e) 45

ADMINISTRAÇÃO

Elisabete Moreira

23. No contexto da gestão estatal moderna, a Secretaria da Fazenda possui amplo respaldo político e legitimidade perante a sociedade, mas internamente possui dificuldades de implementação de inovações tecnológicas que tragam mais eficiência aos processos internos, com vistas a promover maior simplificação dos procedimentos administrativos, facilidade de controle e maior transparência ao cidadão. Diante desse cenário, é correto afirmar que o órgão apresenta:

- a) governabilidade, mas enfrenta um déficit de governança pública em suas dimensões de capacidade administrativa e gerencial.
- b) governança pública corporativa, porém carece de governabilidade.
- c) deficiência de *accountability* horizontal.
- d) um modelo consolidado de governança externa, contraposto a uma governabilidade interna ineficiente na alocação de recursos.
- e) capacidade de governança, limitada por restrições de *enforcement* institucional inerentes ao modelo patrimonialista.

24. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, desenvolvido pelo MARE, dirigido pelo Ministro Bresser-Pereira, foi um marco na transição para a Administração Pública Gerencial no Brasil, sobretudo na redefinição do papel do Estado, que passou a atuar concomitantemente com organizações públicas não estatais e privadas, fomentando atividades que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas que demandam financiamento público. Esse setor foi denominado:

- a) Núcleo Estratégico, com propriedade estatal, regida pelo direito público e operada por agências reguladoras.
- b) Setor de Atividades Exclusivas, cuja execução deve ser transferida para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) por meio de termos de parceria.
- c) Setor de Serviços Não Exclusivos, cujo modelo é de publicização.
- d) Setor de Produção de Bens e Serviços para o Mercado, que deve ser alvo de processos de terceirização, a exemplo dos consórcios públicos.
- e) Setor de Serviços Não Exclusivos, que deve ser gerido preferencialmente por Agências Executivas, mediante a celebração de contratos de gestão com o Ministério supervisor.

25. O Orçamento Participativo (OP) consolidou-se, a partir do final da década de 1980, como um dos mais notórios mecanismos de parceria entre governo e sociedade na alocação de recursos públicos locais. Contudo, do ponto de vista do arcabouço jurídico-institucional brasileiro e da teoria democrática, a implementação do Orçamento Participativo:

- a) sobrepõe-se à democracia representativa, conferindo caráter vinculante e terminativo às decisões das assembleias populares em detrimento da aprovação pela Câmara Municipal.
- b) atua como um mecanismo de *accountability* social, porém não retira a prerrogativa constitucional do Poder Executivo de consolidar e enviar a proposta orçamentária ao Poder Legislativo para votação formal.
- c) transfere a competência tributária para os conselhos regionais, que passam a definir não apenas as despesas, mas também as alíquotas de impostos locais para financiar os projetos escolhidos.
- d) constitui uma forma de governança corporativa interna, limitando-se a consultar os cidadãos sobre os gastos de custeio da máquina administrativa, excluindo os gastos de capital.
- e) representa um modelo de descentralização política amparado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a aprovação do OP pelo Tribunal de Contas respectivo antes de sua execução.

26. Considere que o Estado do Ceará deseje celebrar um acordo formal com uma Autarquia estadual, visando ampliar sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, mediante o compromisso de atingimento de metas de desempenho. Levando em consideração os instrumentos de contratualização de resultados, nos termos da legislação pertinente, a autarquia deverá firmar um(a):

- a) Termo de Parceria e, preenchidos os requisitos legais, ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

- b) Contrato de Gestão e ser qualificada como Agência Executiva.
- c) Termo de Colaboração visando a sua transformação em uma Empresa Pública de capital misto.
- d) Contrato de Gestão e ser qualificada como Organização Social (OS).
- e) Acordo de Resultados, adquirindo o status de Agência Reguladora independente.

27. As ouvidorias públicas modernas evoluíram de meros balcões de reclamação para componentes estratégicos da governança pública. Com base nas diretrizes de governança do setor público e nas funções institucionais contemporâneas, assinale a alternativa que descreve corretamente o papel das ouvidorias sob a ótica da governança externa e do controle social.

- a) Atuam como órgãos de controle interno finalístico, possuindo poder de sanção administrativa sobre os servidores que descumprirem as metas de atendimento ao cidadão.
- b) Consistem em canais unidirecionais de comunicação, cujo objetivo é mediar as relações com a sociedade.
- c) Constituem instrumentos de *accountability* societal, pois fomentam a participação cidadã, monitoram a qualidade dos serviços prestados e geram informações gerenciais que retroalimentam a formulação de políticas públicas.
- d) Operam como instâncias recursais no processo administrativo tributário, entre outras atribuições.
- e) Integram os processos de governança corporativa, podendo, inclusive, mediar conflitos interpessoais entre os servidores e a chefia imediata.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Rodrigo Rennó

28. O Referencial Básico de Governança Organizacional aplicável ao setor público distingue com clareza as funções próprias da governança das atribuições típicas da gestão. Enquanto a gestão se ocupa da condução cotidiana das atividades e da implementação das ações necessárias ao alcance dos objetivos institucionais, a governança exerce papel mais amplo, relacionado à orientação estratégica da organização e ao acompanhamento de seu desempenho.

Nesse contexto, constitui função típica da governança:

- a) executar diretamente as atividades operacionais relacionadas à entrega de bens e serviços públicos.
- b) assumir a condução das atividades finalísticas da organização, em substituição às instâncias gestoras.
- c) centralizar as decisões operacionais da organização, de modo a reduzir a discricionariedade da gestão.
- d) substituir os controles internos administrativos, concentrando as funções de supervisão e execução.
- e) direcionar, monitorar e avaliar a atuação organizacional, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais.

29. No âmbito das organizações públicas, as instâncias de governança podem ser internas ou externas, cada qual com atribuições específicas no arranjo institucional de controle, supervisão e responsabilização. As instâncias externas não integram a estrutura administrativa da organização governada, mas exercem relevante papel no controle e no condicionamento de sua atuação.

A respeito dessas instâncias externas de governança, é correto afirmar que:

- a) exercem atividades operacionais diretamente ligadas à execução das finalidades institucionais da entidade governada.

b) atuam subordinadas à alta administração da organização, como extensão de suas funções de controle.

c) desempenham funções de fiscalização, regulação e controle, preservando independência em relação à organização governada.

d) compõem a primeira linha de defesa da organização, ao lado dos gestores responsáveis pelos processos internos.

e) respondem, com exclusividade, pela estruturação e pela execução da política de gestão de riscos da organização.

30. Uma autarquia estadual, ao estruturar seu modelo de gestão de riscos, promoveu debate interno acerca do próprio conceito de risco. Em uma das reuniões, sustentou-se que risco corresponderia exclusivamente à possibilidade de ocorrência de eventos negativos, aptos a provocar prejuízos financeiros, operacionais ou reputacionais, razão pela qual a organização deveria concentrar seus esforços apenas na prevenção de perdas.

À luz da abordagem contemporânea de gestão de riscos, essa afirmação está:

- a) correta, pois risco corresponde unicamente à ocorrência de eventos adversos capazes de causar danos à organização.
- b) correta, desde que a entidade adote metodologia quantitativa para mensuração da exposição ao risco.
- c) incorreta, pois risco se limita à probabilidade estatística de ocorrência de determinado evento, sem relação com impacto.
- d) incorreta, pois o risco está associado a incertezas que podem afetar os objetivos organizacionais tanto de forma negativa quanto positiva.
- e) incorreta, pois o risco, em sentido técnico, restringe-se aos fatores externos que escapam ao controle da organização.

31. Durante a execução de determinado projeto de infraestrutura, a organização responsável identificou a possibilidade de falha grave em equipamento essencial à continuidade da operação. Em resposta, decidiu contratar seguro específico para cobertura de eventuais prejuízos e transferir a execução de parte das atividades críticas a empresa especializada, dotada de capacidade técnica mais adequada para lidar com a contingência identificada.

Nesse caso, a resposta adotada caracteriza estratégia de:

- a) aceitação do risco, diante da impossibilidade de sua eliminação completa.
- b) mitigação do risco, mediante redução de sua probabilidade, sem alteração da titularidade da exposição.
- c) compartilhamento ou transferência do risco, por meio da repartição dos efeitos com terceiros.
- d) eliminação do risco, em razão da supressão integral da causa que lhe deu origem.
- e) monitoramento do risco, limitado ao acompanhamento sistemático de sua evolução.

32. No processo de gestão de riscos, é comum que a organização identifique inicialmente sua exposição bruta a determinados eventos capazes de afetar o alcance dos objetivos institucionais. Após a adoção de controles internos e medidas específicas de tratamento, pode subsistir parcela remanescente da exposição originalmente identificada.

Essa parcela remanescente é denominada:

- a) risco operacional.
- b) risco aceitável.
- c) risco de conformidade.
- d) risco residual.
- e) risco secundário.

ECONOMIA

Celso Natale

33. Uma inovação tecnológica reduz o custo de produção de determinado bem normal. Simultaneamente, uma campanha publicitária amplia a preferência dos consumidores por esse mesmo bem. Mantidos constantes os demais fatores, é correto afirmar que, no mercado desse bem,

- a) a curva de oferta se desloca para a esquerda, a curva de demanda se desloca para a direita, e a quantidade de equilíbrio necessariamente aumenta.
- b) a curva de oferta se desloca para a direita, a curva de demanda se desloca para a esquerda, e o preço de equilíbrio necessariamente diminui.
- c) a curva de oferta se desloca para a direita, a curva de demanda se desloca para a direita, e a quantidade de equilíbrio necessariamente aumenta.
- d) ocorre apenas deslocamento ao longo das curvas de oferta e demanda, sem alteração das curvas, pois preço e quantidade são variáveis endógenas.
- e) a curva de demanda se desloca para a direita, mas a curva de oferta permanece inalterada, pois mudanças tecnológicas afetam apenas a produtividade, não a oferta.

34. Em determinado mercado competitivo, a demanda pelo bem apresenta baixa elasticidade-preço, enquanto a oferta é relativamente mais elástica. A instituição de um imposto específico sobre a venda desse bem tende a

- a) recair majoritariamente sobre os consumidores, pois estes reagem menos à variação do preço.
- b) recair majoritariamente sobre os produtores, pois estes conseguem ajustar mais facilmente a quantidade ofertada.
- c) ser absorvida integralmente pelo governo, pois o tributo não altera preços relativos.
- d) ser dividida igualmente entre consumidores e produtores, qualquer que seja a elasticidade das curvas.
- e) reduzir apenas a quantidade de equilíbrio, sem alterar o preço pago pelos consumidores.

35. No acompanhamento das contas públicas, o resultado fiscal pode ser apurado a partir das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), distinguindo-se, entre outros conceitos, o resultado primário e o resultado nominal.

A respeito desses conceitos, é correto afirmar:

- a) o resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do setor público, incluindo o pagamento de juros nominais da dívida pública.
- b) o resultado nominal exclui as despesas financeiras, pois busca medir apenas o esforço fiscal corrente do governo.
- c) o déficit público corresponde a uma variável de estoque, enquanto a dívida pública corresponde a uma variável de fluxo.
- d) o resultado nominal incorpora o resultado primário e os juros nominais incidentes sobre a dívida pública.
- e) o financiamento do déficit público ocorre exclusivamente por aumento da tributação, sendo vedada a emissão de títulos públicos.

36. Em uma estrutura de monopólio, a firma se depara com a curva de demanda de mercado e decide a quantidade produzida levando em conta o efeito dessa decisão sobre o preço do bem. No curto prazo, ao maximizar seu lucro, o monopolista produzirá no nível em que

- a) o preço se iguala ao custo marginal, assegurando a eficiência alocativa do mercado.
- b) a receita marginal se iguala ao custo marginal, podendo praticar preço superior ao custo marginal.
- c) a receita total se iguala ao custo total, eliminando a possibilidade de lucro econômico positivo.
- d) o preço se iguala ao custo médio, impedindo a existência de peso morto.
- e) a demanda se iguala à oferta, como ocorre em mercados perfeitamente competitivos.

37. Considere os dados, em unidades monetárias correntes, de uma economia hipotética:

Ano	Consumo	Investimento	Gastos do governo	Exportações	Importações	Deflator do PIB
1	900	200	300	150	50	100
2	1.000	250	340	180	120	110

Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que, no ano 2,

- a) o PIB nominal foi de 1.890, e o PIB real foi de 1.718.
- b) o PIB nominal foi de 1.650, e o PIB real foi de 1.500.
- c) o PIB nominal foi de 1.650, e o PIB real foi de 1.815.
- d) as exportações líquidas foram positivas em 300.
- e) o investimento não integra o cálculo do PIB pela ótica da despesa.

38. Considere as seguintes operações realizadas por residentes de uma economia hipotética com o resto do mundo:

- I. Exportação de mercadorias no valor de 500.
- II. Importação de serviços no valor de 120.
- III. Recebimento de lucros de empresas residentes no exterior no valor de 80.
- IV. Remessa de juros ao exterior no valor de 50.
- V. Entrada de investimento direto estrangeiro no valor de 300.

No balanço de pagamentos, integram a conta de transações correntes APENAS as operações

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e V.
- c) I, III e V.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

39. Considere uma economia fechada, com preços dados, em que o mercado de bens é representado pela curva IS e o mercado monetário pela curva LM.

A respeito desse modelo, considere:

- I. Um aumento autônomo do investimento desloca a curva IS para a direita, elevando, no novo equilíbrio, o produto e a taxa de juros.
- II. Uma política monetária expansionista desloca a curva LM para a direita, reduzindo a taxa de juros e elevando o produto de equilíbrio.
- III. Um aumento da propensão marginal a poupar reduz o multiplicador dos gastos autônomos, tornando menor o impacto de uma expansão do investimento sobre o produto.
- IV. A curva LM é negativamente inclinada porque aumentos da renda reduzem a demanda por moeda para transações, pressionando a taxa de juros para baixo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.

- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

40. Considere um governo que pretende elevar a arrecadação tributária com o menor custo de eficiência possível. Para isso, avalia a aplicação de alíquotas diferenciadas sobre mercadorias com diferentes elasticidades-preço da demanda, mantidas constantes as demais condições.

De acordo com a lógica da regra de Ramsey, a tributação ótima sobre mercadorias sugere que bens

- a) com demanda mais elástica sejam tributados mais intensamente, pois geram menor perda de bem-estar.
- b) com demanda mais inelástica sejam tributados mais intensamente, pois a redução da quantidade consumida tende a ser menor.
- c) essenciais sejam sempre isentos de tributação, independentemente da elasticidade da demanda.
- d) supérfluos sejam tributados com alíquota nula, pois apresentam maior sensibilidade ao preço.
- e) com maior participação no orçamento dos consumidores pobres recebam tributação mais elevada, por razões de equidade distributiva.

41. A respeito das formas de tributação, dos critérios de equidade e dos efeitos dos tributos sobre as decisões econômicas, é correto afirmar:

- a) impostos específicos incidem como percentual do valor da operação, enquanto impostos ad valorem incidem como valor fixo por unidade transacionada.
- b) contribuições de melhoria decorrem da prestação efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível ao contribuinte.
- c) o critério do benefício associa a tributação à vantagem recebida pelo contribuinte em razão da ação estatal.
- d) a Curva de Laffer demonstra que aumentos de alíquota sempre elevam a arrecadação tributária.
- e) a eficiência de Pareto exige que a arrecadação tributária seja maximizada, ainda que haja perda de bem-estar para parte dos contribuintes.

42. A respeito das formas de tributação e de seus efeitos sobre eficiência e equidade, considere:

- I. O imposto ad valorem incide como percentual do valor da operação, enquanto o imposto específico incide como valor fixo por unidade do bem tributado.
- II. O imposto sobre valor adicionado busca evitar a tributação em cascata, pois incide sobre o valor acrescido em cada etapa da cadeia produtiva.
- III. O critério da capacidade contributiva recomenda que a tributação guarde relação com a aptidão econômica do contribuinte para suportar o ônus fiscal.
- IV. A Curva de Laffer estabelece que a arrecadação tributária é sempre crescente em relação à alíquota, desde que a base tributável seja ampla.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

43. Assinale a alternativa errada acerca da súmula vinculante:

- a) pode ser editada apenas pelo STF
- b) a Corte pode editá-la apenas mediante provocação
- c) pode tratar somente de matéria constitucional
- d) precisa ser aprovada por 2/3 dos membros da Corte
- e) possui efeito vinculante em relação à administração pública de quaisquer níveis federativos

44. De acordo com a Constituição Econômica, pode-se afirmar que:

- a) é princípio da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País
- b) A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) não fere o princípio da livre iniciativa
- c) São constitucionais as leis que obrigam os supermercados ou similares à prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras
- d) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é constitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência
- e) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e privado.

45. Considerando que Radeunda nasceu no Suriname, quando seu pai, Meroveu, lá se encontrava a serviço da Petrobras, empresa estatal brasileira, pode-se afirmar que ela:

- a) é estrangeira
- b) é brasileira naturalizada
- c) pode ser brasileira nata, se optar pela nacionalidade brasileira
- d) é brasileira nata
- e) pode ser brasileira, desde que não tenha nacionalidade do país de nascimento

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

46. Um Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual do Estado do Ceará, ao conduzir procedimento de fiscalização tributária, proferiu despacho cancelando crédito tributário regularmente constituído por lançamento de ofício, sem que houvesse qualquer vício no procedimento fiscal ou no lançamento que o originou, com o único propósito confesso de beneficiar determinada empresa em troca de vantagens pessoais. Ao tomar conhecimento do fato, a autoridade competente instaurou procedimento para invalidar o ato. Considerando os elementos e os vícios dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) O ato está eivado de vício no elemento "objeto", tornando-o anulável, sendo possível a convalidação pelo agente competente mediante ratificação posterior.
- b) O desvio de poder somente acarreta a nulidade do ato quando comprovado por prova direta e irrefutável, sendo insuficiente para tanto a análise das circunstâncias, do contexto decisório e da motivação inadequada do agente.
- c) O ato praticado mediante desvio de finalidade é nulo, embora continue a produzir efeitos até sua invalidação pela Administração Pública, por meio de autotutela, ou pelo Poder Judiciário.

d) O Poder Judiciário está impedido de anular o ato, pois o controle do desvio de poder implica necessariamente avaliação da conveniência e oportunidade do ato discricionário, matéria reservada exclusivamente à Administração.

e) O ato foi praticado mediante desvio de finalidade, sendo portanto anulável, podendo ser invalidado tanto pela própria Administração Pública, por meio de autotutela, quanto pelo Poder Judiciário, o qual aprecia a legalidade do ato sem adentrar no mérito administrativo

47. Um Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual do Ceará, ao realizar procedimento de fiscalização tributária em determinada empresa, deixou de registrar inconsistências materiais verificadas nos livros fiscais do contribuinte, omitindo-as no relatório de fiscalização que serviu de base para a decisão administrativa de encerramento do procedimento sem constituição de crédito tributário. A apuração interna concluiu que a omissão decorreu exclusivamente de descuido e falta de atenção do agente. Com base na Lei nº 14.230/2021, que reformou a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta sobre a situação descrita.

- a) A conduta configura ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário, eis que a omissão implicou perda de receita tributária, caracterizando perda patrimonial efetiva.
- b) A conduta descrita não configura ato de improbidade administrativa, na medida em que é vedada a responsabilização por atos meramente culposos.
- c) Havendo a caracterização do ato de improbidade, a correspondente ação judicial pode ser ajuizada pelo Ministério Público Estadual ou pelo Estado perante a Justiça Estadual do Ceará, o que prevenirá a competência do juízo apenas para as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir.
- d) O agente público responde por improbidade administrativa independentemente da

demonstração de dolo específico, pois a omissão no exercício de cargo de natureza fiscal justifica, por si só, a responsabilização do servidor, ante o relevante potencial de dano ao erário estadual.

- e) A conduta pode ser enquadrada como ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei nº 8.429/1992), por configurar violação aos princípios da legalidade e lealdade

48. A Secretaria da Fazenda Estadual pretende alienar dois imóveis integrantes do patrimônio público estadual: o primeiro é uma edificação que funcionou como sede de posto fiscal, desativada há mais de dois anos, sem que tenha ocorrido ato formal de desafetação; o segundo é um terreno adquirido por herança jacente, sem afetação a qualquer finalidade pública específica. Sobre as regras aplicáveis à alienação desses bens, assinale a afirmativa correta.

- a) Ambos os bens podem ser alienados mediante avaliação prévia e licitação na modalidade leilão, sem necessidade de autorização legislativa em qualquer dos casos, pois o desuso prolongado do posto fiscal equivale, para fins legais, a desafetação tácita do bem.
- b) A alienação de ambos os imóveis dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e abertura do procedimento licitatório na modalidade leilão, embora a alienação do primeiro bem exija prévia desafetação por lei.
- c) A alienação da sede do posto fiscal, classificado como bem de uso especial enquanto não formalmente desafetado, exige autorização legislativa, além de avaliação prévia e licitação na modalidade leilão; já o terreno sem afetação, bem dominical, pode ser alienado mediante avaliação e leilão, dispensada a autorização legislativa.
- d) A licitação na modalidade leilão pode ser substituída por outra modalidade quando a autoridade fazendária demonstrar que o valor de mercado do imóvel é inferior ao limite legal para

contratação direta por dispensa de licitação previsto na Lei n. 14.133/2021.

- e) A alienação de imóvel público a outro órgão ou entidade da Administração Pública estadual prescinde de licitação e de autorização legislativa, bastando a avaliação prévia e demonstração de interesse público devidamente justificado

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

49. Duas sociedades empresárias, em negociação paritária e sem relação de consumo, tratavam da locação de equipamentos industriais. A sociedade Alfa divulgou, em área pública de seu sítio eletrônico, oferta contendo a identificação dos equipamentos, o preço mensal, o prazo mínimo de contratação, a forma de pagamento e a informação de que a oferta poderia ser revogada pela mesma via de divulgação antes da aceitação. Antes de receber qualquer manifestação de aceite, Alfa retirou a oferta do sítio eletrônico e publicou, no mesmo local, aviso de revogação. No dia seguinte, Beta enviou mensagem eletrônica afirmando aceitar a contratação, mas condicionou o pagamento a prazo superior ao previsto na oferta divulgada. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

- a) A oferta ao público não equivale a proposta, ainda que contenha os requisitos essenciais do contrato, pois a obrigatoriedade da proposta pressupõe destinatário individualmente determinado.
- b) A oferta ao público equivalia a proposta, mas não poderia ser revogada, ainda que a faculdade de revogação tivesse sido ressalvada e a revogação divulgada pela mesma via.
- c) A revogação da oferta foi admissível, por ter sido realizada pela mesma via de divulgação e por ter havido ressalva dessa faculdade na oferta; além disso, a manifestação de Beta, por modificar condição de pagamento, importou nova proposta.

d) O contrato tornou-se perfeito no momento da expedição da mensagem de Beta, pois, nos contratos entre ausentes, a aceitação é eficaz desde a expedição, ainda que contenha modificações em relação à proposta original.

e) A manifestação de Beta deve ser considerada aceitação pura e simples, porque a alteração do prazo de pagamento constitui elemento acidental e não impede a formação do contrato.

50. Em contrato civil paritário, celebrado entre duas sociedades empresárias, as partes estipularam que eventual pretensão de cobrança prescreveria em quinze anos, embora a lei previsse prazo inferior. Também constou do instrumento contratual cláusula pela qual o devedor renunciava, desde logo, ao direito de alegar prescrição. Consumado o prazo prescricional legal aplicável, e sem prejuízo de terceiros, o devedor enviou correspondência ao credor reconhecendo expressamente a dívida e solicitando novo prazo para pagamento. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

a) é válida a cláusula que amplia o prazo prescricional, pois os prazos de prescrição podem ser livremente ajustados em contratos civis paritários.

b) é eficaz a renúncia antecipada à prescrição, pois se trata de direito patrimonial disponível e exercido por parte plenamente capaz.

c) o reconhecimento da dívida após consumada a prescrição, acompanhado de pedido de novo prazo para pagamento pode caracterizar renúncia tácita, desde que sem prejuízo de terceiro.

d) a prescrição somente pode ser alegada até a contestação, sob pena de preclusão, ainda que aproveite à parte em grau recursal.

e) a exceção fundada em direito prescrito permanece exercitável sem limitação temporal, pois apenas a pretensão de cobrança se sujeita à prescrição.

51. Em execução de obrigação civil proposta contra a sociedade Delta Ltda., a credora requereu a desconsideração da personalidade jurídica para alcançar bens particulares de Carlos, sócio administrador da executada. Demonstrou que, durante longo período, a sociedade pagou despesas pessoais de Carlos, inclusive mensalidades escolares de seus filhos e parcelas de financiamento de veículo de uso particular. Comprovou, ainda, que a sociedade transferiu a Carlos equipamentos de valor expressivo, sem efetiva contraprestação. A executada sustentou que a medida seria incabível, pois a insolvência da sociedade e a existência de grupo econômico não bastariam para afastar a autonomia patrimonial.

a) a desconsideração da personalidade jurídica é cabível sempre que a sociedade se torna insolvente, ainda que não demonstrado abuso da personalidade jurídica.

b) a autonomia patrimonial impede, em qualquer hipótese, que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares de sócios ou administradores.

c) a mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, ainda que ausentes desvio de finalidade e confusão patrimonial.

d) a ausência de separação de fato entre os patrimônios, evidenciada pelo pagamento reiterado de obrigações pessoais do sócio administrador e pela transferência de ativos sem efetiva contraprestação, caracteriza confusão patrimonial apta a fundamentar a desconsideração.

e) a desconsideração da personalidade jurídica dispensa requerimento da parte ou do Ministério Público, podendo ser decretada de ofício pelo juiz sempre que houver inadimplemento.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

52. O postulado da reserva legal, pilar do Estado Democrático de Direito e desdobramento do princípio da legalidade, pode ser corretamente compreendido como:

- a) A exigência de que a definição de infrações penais e a imposição das respectivas sanções sejam fruto exclusivo de lei em sentido estrito.
- b) O imperativo de que a norma penal incriminadora deve estar vigente no momento exato da prática da conduta delituosa.
- c) A proibição absoluta de que a lei penal produza efeitos retroativos, independentemente de beneficiar ou prejudicar o réu.
- d) A regra que delimita a jurisdição nacional, impedindo a aplicação da legislação pátria a delitos ocorridos fora do território brasileiro.
- e) O princípio que veda ao legislador a criação de tipos penais que cominem sanções de natureza cruel, perpétua ou degradante.

53. Francisco, servidor público ocupante do cargo de técnico administrativo em uma Secretaria de Estado do Ceará, apropriou-se indevidamente de valores pertencentes ao erário estadual, dos quais tinha a posse legítima em razão de suas atribuições funcionais. Dois dias depois, movido por voluntário arrependimento e antes que qualquer denúncia fosse recebida pelo Poder Judiciário, Francisco restituiu integralmente o montante desviado. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta conforme o Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) A conduta de Francisco configura arrependimento eficaz, o que impede a punição pelo crime de peculato, respondendo o agente apenas por eventuais danos residuais.
- b) Por ter Francisco a qualidade de funcionário público, a reparação integral do dano antes do recebimento da denúncia acarreta a extinção da punibilidade.

c) Houve arrependimento posterior, que garante a redução da pena de um a dois terços, devendo o magistrado definir o patamar de diminuição considerando a celeridade da restituição.

d) Francisco responderá pelo crime de peculato em sua modalidade tentada

e) O arrependimento posterior é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública, independentemente de terem sido cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.

54. Antônio, Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE), ocupante de função de direção, no exercício de sua função, exigiu do proprietário de uma rede de farmácias o pagamento de determinado tributo estadual que sabia ser legalmente indevido. O comerciante, ciente da irregularidade, não realizou o pagamento e denunciou a conduta à Corregedoria do órgão. Diante dessa situação hipotética, a conduta de Antônio configura:

a) Crime de excesso de exação, na modalidade tentada, sem a incidência de causas de aumento de pena.

b) Crime de concussão, na modalidade consumada, com a incidência de causa de aumento de pena.

c) Crime de excesso de exação, na modalidade consumada, com a incidência de causa de aumento de pena.

d) Crime de excesso de exação, na modalidade consumada, sem a incidência de causas de aumento de pena.

e) Fato penalmente atípico, uma vez que não houve o efetivo prejuízo ao erário ou o recebimento do valor indevido.

DIREITO FINANCEIRO*Leandro Ravyelle*

55. No âmbito do ciclo orçamentário, determinado Estado pretende iniciar, em 2026, a construção de um complexo hospitalar cuja execução física e financeira se estenderá até 2028. Ao examinar o projeto, a equipe técnica verificou que o investimento não constava do Plano Plurianual vigente, nem havia lei específica autorizando sua inclusão.

À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- b) O Plano Plurianual limita-se a estimar receitas e fixar despesas para o exercício financeiro seguinte, substituindo a Lei Orçamentária Anual nos investimentos de grande porte.
- c) O Plano Plurianual deve conter o Anexo de Metas Fiscais, com projeções de resultado primário, resultado nominal e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) A inclusão no Plano Plurianual é exigida apenas para despesas correntes continuadas, sendo dispensável para investimentos públicos com duração superior a um exercício.
- e) A trajetória da dívida pública consolidada e seus limites máximos em relação à receita corrente líquida devem ser fixados diretamente pelo Plano Plurianual.

56. No processo de elaboração das leis orçamentárias de determinado Estado, a equipe técnica da Assembleia Legislativa analisou dois pontos: a compatibilidade de novos investimentos plurianuais com o Plano Plurianual e o conteúdo obrigatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, especialmente quanto aos anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) O Plano Plurianual deve conter o Anexo de Metas Fiscais, no qual são avaliados os passivos contingentes e definidos os riscos capazes de afetar as contas públicas.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, no qual se demonstra a estimativa e compensação da renúncia de receita e a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- c) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- d) O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei Orçamentária Anual e tem por finalidade fixar a dotação dos programas de duração continuada constantes do Plano Plurianual.
- e) O Plano Plurianual deve estabelecer os limites de contratação de operações de crédito e o montante máximo da dívida consolidada para cada exercício financeiro.

57. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, determinado fundo especial estadual apresentou, ao final do exercício financeiro, saldo positivo apurado em seu balanço. A lei instituidora do fundo não trouxe regra específica sobre a destinação desse saldo.

Nessa hipótese, o saldo positivo apurado

- a) deve ser automaticamente recolhido ao Tesouro, para aplicação livre em qualquer despesa pública.
- b) poderá ser utilizado pelo fundo no exercício seguinte sem necessidade de previsão orçamentária.
- c) será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo disposição legal em contrário.
- d) deverá ser cancelado em razão do princípio da anualidade orçamentária.
- e) somente poderá ser utilizado para abertura de créditos extraordinários.

58. O Município de Aurora aprovou, em março de 2026, lei local para operacionalizar a DRM prevista no art. 76-B do ADCT, diante de forte pressão de caixa. O ato normativo municipal listou as seguintes receitas para a aplicação do percentual máximo de desvinculação permitido no exercício:

- IPTU e taxas de fiscalização urbana;
- Multas de trânsito municipais;
- Receitas de indenizações e restituições;
- Cota do FUNDEB devida ao Município, com destinação à educação básica;
- Transferência voluntária da União ao Município para compra de equipamentos hospitalares, com destinação específica em lei federal;
- Contribuições previdenciárias dos servidores municipais;
- Fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município (TCM), destinados ao seu funcionamento.

Além disso, o prefeito determinou que, no exercício de 2026, os superávits financeiros apurados em 31/12/2025 dos fundos públicos instituídos pelo Poder Executivo municipal pudessem ser usados para custear obras de drenagem urbana e programas de adaptação às mudanças climáticas.

À luz das regras do direito financeiro brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Em 2026, podem ser parcialmente desvinculadas as receitas dos itens 1, 2 e 3, no percentual de 30%, sendo vedada a aplicação da DRM aos itens 4, 5, 6 e 7.
- b) Em 2026, podem ser parcialmente desvinculadas as receitas dos itens 1, 2, 3 e 5, no percentual de 50%, e os superávits dos fundos do Executivo podem financiar clima, mas não saúde nem educação.
- c) Em 2026, podem ser parcialmente desvinculadas as receitas dos itens 1, 2 e 3, no percentual de 50%; os itens 4, 5, 6 e 7 não podem ser objeto de DRM; e os superávits dos fundos do Executivo de 2025 podem, em 2026, custear saúde, educação e adaptação às mudanças climáticas.

d) Em 2026, os itens 1 a 7 podem ser parcialmente desvinculados, desde que respeitada a margem de 30%, e os superávits dos fundos do Executivo podem ser usados livremente para quaisquer políticas públicas.

e) Em 2026, somente receitas de impostos podem sofrer DRM, no percentual de 50%, e os superávits dos fundos do Executivo não podem ser usados para adaptação climática, por não constar no texto constitucional.

59. Determinado Estado, no segundo trimestre de 2026, verificou frustração temporária de arrecadação em relação ao cronograma financeiro previsto, embora mantida a expectativa de ingresso das receitas ainda no mesmo exercício. Para evitar atraso no pagamento de fornecedores, folha de pessoal e obrigações previdenciárias do RPPS, o Poder Executivo pretende contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária — ARO.

À luz da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação pretendida será juridicamente

- a) vedada, salvo se previamente autorizada pelo Tribunal de Contas e liquidada até o final do exercício subsequente.
- b) possível, desde que contratada a partir de 10 de janeiro, liquidada até 10 de dezembro do mesmo exercício, não exista ARO anterior não integralmente resgatada e não ocorra no último ano de mandato do Chefe do Executivo.
- c) possível, desde que incorporada à dívida consolidada do ente e destinada exclusivamente ao pagamento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) vedada, pois operação de crédito por antecipação de receita somente pode ser realizada para financiamento de despesas de capital.
- e) possível apenas se destinada ao RPPS, sendo vedada sua utilização para insuficiência de caixa decorrente de despesas ordinárias de custeio.

60. No curso da execução orçamentária de 2026, determinado ente federativo verificou que a dotação destinada à manutenção de unidades escolares tornou-se insuficiente, enquanto inexistia dotação específica para a implantação de novo programa de atendimento psicossocial a estudantes da rede pública. Paralelamente, chuvas intensas ocasionaram situação de calamidade pública, exigindo despesas urgentes e imprevisíveis para socorro à população atingida.

Considerando o regime jurídico dos créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos suplementares e especiais independem de indicação de recursos quando destinados a despesas sociais relevantes, bastando autorização genérica na lei orçamentária anual.
- b) O crédito especial pode ser aberto diretamente por decreto do Poder Executivo sempre que houver superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- c) O crédito suplementar destina-se a reforçar dotação já existente, enquanto o crédito especial atende despesa sem dotação específica; ambos dependem de autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.
- d) O crédito extraordinário somente pode ser aberto após autorização legislativa específica e indicação prévia de fonte de recursos, ainda que destinado a calamidade pública.
- e) A autorização genérica constante da LOA pode abranger a abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários, em respeito ao princípio da exclusividade.

61. Considere que, durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para 2026, determinado parlamentar tenha apresentado emenda individual destinando recursos a Município do Estado do Ceará, na modalidade transferência especial, para apoio a políticas públicas locais. Após o recebimento dos valores, o Município pretende aplicá-los em obras de infraestrutura urbana e na aquisição de equipamentos públicos, sem celebração de convênio ou contrato de repasse com a União.

À luz do regime constitucional aplicável às transferências especiais, assinale a alternativa correta.

- a) Os recursos transferidos devem ser aplicados integralmente em despesas de capital, sendo vedada qualquer destinação a despesas correntes, ainda que vinculadas a políticas públicas locais.
- b) A execução da transferência especial depende da celebração prévia de convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere, pois se trata de recurso federal sujeito à fiscalização da União.
- c) Os recursos transferidos pertencem ao ente federado beneficiado no ato da efetiva transferência financeira, dispensada a celebração de convênio ou instrumento congênere, destinando no máximo 30% para custeio administrativo, como regra.
- d) Os valores recebidos por transferência especial não integram o patrimônio do Município beneficiário, razão pela qual sua aplicação deve seguir exclusivamente a programação orçamentária federal originária.
- e) A transferência especial deve ser realizada obrigatoriamente fundo a fundo, com aplicação exclusiva em ações e serviços públicos de saúde ou manutenção e desenvolvimento do ensino.

62. Tendo em vista a disciplina constitucional da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 200/2023 na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A LC nº 200/2023 instituiu regime fiscal sustentável aplicável obrigatoriamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, impondo a todos os entes a mesma metodologia de apuração da meta de resultado primário e da trajetória da dívida pública.
- b) Embora a LDO tenha papel anual de orientação da elaboração da LOA, deve integrar o sistema de planejamento orçamentário ao PPA e, no caso da União, conter projeção do efeito esperado e da compatibilidade do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública em horizonte de dez anos.
- c) A LDO, por se tratar de lei voltada exclusivamente à fixação de prioridades e metas da administração pública, não pode dispor sobre alterações na legislação tributária, política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento ou equilíbrio entre receitas e despesas.
- d) A definição, na LDO, de despesas que não serão objeto de limitação de empenho autoriza o Poder Executivo a excluir livremente tais despesas da apuração da meta de resultado primário, ainda que não haja previsão legal específica.
- e) O regime de metas fiscais introduzido pela LC nº 200/2023 suprimiu a possibilidade de intervalo de tolerância para a meta de resultado primário, exigindo cumprimento exato do valor fixado na LDO.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

63. Em 2026, uma determinada empresa comercial vendeu R\$ 3.100.000 de mercadorias. Durante o

exercício, foram reconhecidas as seguintes operações:

- devoluções de vendas: R\$ 140.000;
- abatimentos sobre vendas: R\$ 90.000;
- impostos incidentes sobre vendas: R\$ 420.000;
- comissões sobre vendas: R\$ 85.000;
- fretes sobre vendas: R\$ 55.000;
- estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa: R\$ 45.000.

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 1.780.000, assinale a opção que indica a receita líquida e o lucro bruto apurados pela empresa em 2026, respectivamente.

- a) R\$ 2.450.000 e R\$ 670.000.
b) R\$ 2.450.000 e R\$ 755.000.
c) R\$ 2.535.000 e R\$ 755.000.
d) R\$ 2.590.000 e R\$ 810.000.
e) R\$ 2.535.000 e R\$ 670.000.

64. Em 01/01/2024, uma empresa adquiriu uma máquina industrial por R\$ 3.000.000 para utilização em suas operações, efetuando pagamento à vista. Na data da aquisição, a empresa estimou vida útil de 20 anos e valor residual de R\$ 600.000. Em 01/01/2026, a empresa revisou as estimativas do ativo, passando a considerar vida útil remanescente de 24 anos e valor residual de R\$ 720.000. Em 31/12/2026, a máquina foi vendida à vista por R\$ 3.200.000.

Sabendo que a empresa utiliza o método das quotas constantes para cálculo da depreciação, o resultado evidenciado na Demonstração do Resultado de 2026, referente exclusivamente à venda da máquina, foi, em reais:

- a) 440.000.
b) 525.000.
c) 560.000.
d) 680.000.
e) 800.000.

65. O patrimônio líquido da companhia Beta S.A., em 31/12/X5, apresentava a seguinte composição, em reais:

Capital social 600.000
Reserva legal 115.000

Durante o exercício de X6, a companhia apurou lucro líquido de R\$ 300.000 e efetuou as seguintes destinações:

- constituição da reserva legal, em conformidade com a legislação societária;
- dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado pela reserva legal;
- saldo remanescente destinado à reserva para expansão.

O valor do patrimônio líquido da companhia Beta S.A. em 31/12/X6 era, em reais:

- a) 925.000.
- b) 930.000.
- c) 937.500.
- d) 941.250.
- e) 945.000.

66. Em 15/09/2026, uma empresa comercial importou um lote de mercadorias de um fornecedor estrangeiro e incorreu nos seguintes gastos:

- R\$ 1.900.000 pagos ao fornecedor das mercadorias;
- R\$ 250.000 pagos pelo transporte internacional;
- R\$ 70.000 de imposto de importação;
- R\$ 110.000 referentes a taxas portuárias, tarifas alfandegárias e despesas de desembaraço;
- R\$ 50.000 pagos à seguradora para cobertura da carga;
- R\$ 20.000 relativos ao transporte das mercadorias do porto até o depósito da empresa.

Nos valores pagos estavam incluídos:

- tributos recuperáveis no valor de R\$ 140.000;

- tributos não recuperáveis no valor de R\$ 45.000.

Sabendo que, até 31/12/2026, a empresa havia vendido 75% das mercadorias adquiridas, o Custo das Mercadorias Vendidas evidenciado na Demonstração do Resultado de 2026, referente a essa operação, foi, em reais:

- a) 1.672.500.
- b) 1.695.000.
- c) 1.717.500.
- d) 1.750.000.
- e) 1.782.500.

67. A Cia. Ômega está respondendo a diversos processos judiciais. Em relação a esses processos, são conhecidas as seguintes informações:

Nº do Processo	Valor reconhecido no passivo em 31/12/2025	Probabilidade de perda em 31/12/2026	Valor estimado da perda em 31/12/2026
1	150.000	Possível	130.000
2	70.000	Provável	110.000
3	0	Provável	90.000
4	40.000	Remota	0

Com base nessas informações, o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de 2026 e o valor contábil total apresentado no Balanço Patrimonial em 31/12/2026, decorrentes exclusivamente desses processos, foram, respectivamente, em reais:

- a) 60.000 positivo e 200.000.
- b) 60.000 negativo e 200.000.
- c) 20.000 positivo e 200.000.
- d) 60.000 positivo e 330.000.
- e) 20.000 negativo e 330.000.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

68. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, as características qualitativas são atributos que tornam a informação constante nos RCPGs útil para os usuários. Sobre a característica da Compreensibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A compreensibilidade exige que a informação seja apresentada de forma que usuários especialistas e não especialistas consigam entender todos os detalhes técnicos sem auxílio.
- b) Informações sobre temas complexos devem ser excluídas dos RCPGs caso sua complexidade dificulte o entendimento por parte de usuários leigos.
- c) A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado, sendo aumentada quando a informação é classificada, caracterizada e apresentada de forma clara e concisa.
- d) A compreensibilidade garante que diferentes observadores esclarecidos e independentes possam chegar a um consenso sobre a fidedignidade da informação.
- e) Trata-se de uma característica qualitativa fundamental, sem a qual a informação contábil perde sua relevância.

69. No que tange aos procedimentos contábeis patrimoniais da Receita Pública, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa (VPA) decorrente de impostos sobre o patrimônio (como o IPTU) deve ocorrer:

- a) No momento da arrecadação, seguindo o regime de caixa para o registro contábil patrimonial.
- b) No momento do lançamento do tributo, por ser este o fato gerador que enseja o direito de receber do ente público.
- c) No momento da previsão da receita na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- d) Somente quando houver a certeza do recebimento, independentemente do fato gerador.
- e) No encerramento do exercício financeiro, pelo valor total lançado e não arrecadado.

70. O Município Audazes dos Pampas empenhou e liquidou uma despesa com serviços de terceiros no valor de R\$ 50.000 em dezembro de 2025. Contudo, o pagamento não foi realizado até o encerramento do exercício. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), essa despesa enseja:

- a) a inscrição como Restos a Pagar Não Processados.
- b) o reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).
- c) a inscrição como Restos a Pagar Processados.
- d) a utilização de Suprimento de Fundos.
- e) o reconhecimento de um Passivo Contingente.

71. Durante o exercício financeiro de 2025, o Fundo Municipal de Saúde do Município Audazes dos Pampas realizou duas operações financeiras relevantes com recursos sob sua gestão:

- Adquiriu cotas de um fundo de investimento de liquidez imediata, no montante de R\$ 300.000, com o objetivo de manter os recursos protegidos da inflação até o momento do pagamento de fornecedores no segundo semestre.
- Adquiriu títulos da dívida pública federal, no montante de R\$ 500.000, cuja carteira é gerida com o propósito exclusivo de negociação imediata no mercado secundário (operações de *trading*), aproveitando oscilações de curto prazo nas taxas de juros.

Considerando as diretrizes da NBC TSP 12 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), o impacto dessas aquisições na **Atividade Operacional** da DFC do Fundo de Saúde, no encerramento de 2025, foi de:

- a) Saída de caixa de R\$ 800.000.
- b) Saída de caixa de R\$ 500.000.
- c) Saída de caixa de R\$ 300.000.
- d) Saída de caixa de R\$ 200.000.
- e) Impacto nulo (zero).

72. Em 02 de janeiro de 2025, o Corpo de Bombeiros de um determinado Estado da Federação realizou uma revisão estrutural e mecânica em sua principal aeronave de salvamento. O contador do órgão deparou-se com os seguintes gastos incorridos e pagos integralmente na mesma data:

- **R\$ 45.000** relativos à revisão mecânica de rotina, troca de óleo, filtros e calibragem de sistemas eletrônicos (manutenção preventiva realizada anualmente).
- **R\$ 280.000** relativos à substituição integral das turbinas originais por um novo modelo tecnológico de alta performance, que estenderá a vida útil econômica da aeronave em mais 5 anos e aumentará sua capacidade de voo em condições climáticas adversas. O valor contábil líquido das turbinas antigas (substituídas), que constava segregado no controle patrimonial, era de **R\$ 30.000**.

Considerando as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os impactos líquidos imediatos no **Ativo Imobilizado** e no **Resultado Patrimonial (DVP)** do órgão, em janeiro de 2025, foram, respectivamente:

- a) Aumento de R\$ 250.000 no Imobilizado; Redução de R\$ 75.000 no Resultado Patrimonial.
- b) Aumento de R\$ 280.000 no Imobilizado; Redução de R\$ 45.000 no Resultado Patrimonial.
- c) Aumento de R\$ 250.000 no Imobilizado; Redução de R\$ 45.000 no Resultado Patrimonial.
- d) Aumento de R\$ 325.000 no Imobilizado; Redução de R\$ 75.000 no Resultado Patrimonial.
- e) Aumento de R\$ 235.000 no Imobilizado; Redução de R\$ 45.000 no Resultado Patrimonial.

AUDITORIA*Guilherme Sant'Anna*

73. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada sociedade empresária, o auditor independente identificou que a administração apresentou explicações coerentes para variações relevantes em receitas, estoques e despesas operacionais. As explicações foram prestadas em reunião formal e documentadas pelo auditor nos papéis de trabalho. Considerando a NBC TA 500 (R1), em relação à evidência de auditoria, é correto afirmar que

- a) a evidência obtida por meio de indagação formal à administração possui, em regra, maior confiabilidade do que evidência documental obtida de fonte externa independente.
- b) a indagação pode fornecer evidência relevante, mas, isoladamente, geralmente não é suficiente para comprovar a ausência de distorção relevante ou a eficácia operacional de controles.
- c) a suficiência da evidência de auditoria corresponde à sua qualidade, enquanto a adequação corresponde exclusivamente à quantidade de evidência obtida.
- d) a coerência das explicações da administração dispensa a execução de procedimentos adicionais quando o auditor não identificar contradição aparente.
- e) a evidência gerada internamente pela entidade deve ser considerada mais confiável que evidência externa, desde que produzida por sistema informatizado.

74. O auditor independente pretende utilizar procedimentos analíticos substantivos para obter evidência sobre despesas operacionais. Para tanto, desenvolveu expectativa independente, avaliou a confiabilidade dos dados utilizados e definiu diferença aceitável entre valores registrados e valores esperados. À luz da NBC TA 520, é correto afirmar que

- a) procedimentos analíticos substantivos são vedados para contas de resultado, pois somente testes de detalhes podem fornecer evidência apropriada.
- b) procedimentos analíticos consistem, basicamente, na comparação de saldos do exercício atual com saldos do exercício anterior.
- c) a confiabilidade dos dados utilizados é irrelevante, desde que o auditor formule expectativa matemática precisa.
- d) procedimentos analíticos substantivos exigem avaliação da adequação da expectativa desenvolvida, da confiabilidade dos dados e do valor de diferença aceitável sem investigação adicional.
- e) procedimentos analíticos são aplicáveis apenas na fase de planejamento, sendo vedada sua utilização como procedimento substantivo.

75. Durante auditoria de demonstrações contábeis, o auditor independente definiu materialidade para as demonstrações como um todo e materialidade de desempenho. No curso dos trabalhos, foram identificadas distorções individualmente inferiores à materialidade definida, mas com possível efeito agregado relevante. Considerando a NBC TA 320 (R1), é correto afirmar que

- a) distorções individualmente inferiores à materialidade devem ser desconsideradas, pois não podem influenciar decisões de usuários das demonstrações contábeis.
- b) a materialidade definida no planejamento não pode ser revisada, ainda que surjam informações novas no decorrer da auditoria.
- c) distorções individualmente pequenas podem ser relevantes em conjunto, exigindo avaliação agregada e, se necessário, revisão da estratégia de auditoria.
- d) a materialidade de desempenho corresponde ao mesmo valor da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- e) a determinação da materialidade é ato puramente matemático, sem aplicação de julgamento profissional.

76. O auditor independente, ao avaliar riscos relacionados à receita de uma companhia, identificou pressão significativa da administração para atingir metas de desempenho, bônus atrelados ao lucro e lançamentos manuais relevantes próximos ao encerramento do exercício. Nos termos da NBC TA 240 (R1), é correto afirmar que

- a) a experiência positiva do auditor com a administração em exercícios anteriores permite afastar a possibilidade de fraude no exercício corrente.
- b) o auditor deve presumir que todos os documentos apresentados pela administração são falsos até prova em contrário.
- c) o risco de não detecção de distorção relevante decorrente de fraude é menor que o risco de não detecção de distorção decorrente de erro.
- d) o auditor deve manter ceticismo profissional durante toda a auditoria, reconhecendo a possibilidade de distorção relevante decorrente de fraude, ainda que tenha experiência anterior satisfatória com a entidade.
- e) a responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraude é do auditor independente, por ser ele o responsável pela emissão da opinião.

77. Em uma auditoria, o auditor independente solicitou confirmação externa positiva de saldos relevantes de clientes. Parte dos destinatários não respondeu à solicitação. A administração sugeriu que a ausência de resposta fosse interpretada como concordância tácita com os saldos informados. Com base na NBC TA 505, o auditor deve concluir que

- a) a ausência de resposta a confirmação positiva equivale à confirmação do saldo, desde que não haja contestação expressa do terceiro.
- b) a confirmação externa positiva sem resposta deve ser substituída automaticamente por confirmação negativa, sem necessidade de procedimentos adicionais.

c) a ausência de resposta implica necessariamente distorção relevante e exige modificação da opinião do auditor.

d) a administração pode responder em nome do terceiro, desde que apresente declaração formal assumindo responsabilidade pelo saldo.

e) a ausência de resposta a uma solicitação de confirmação positiva não fornece evidência de auditoria, devendo o auditor executar procedimentos alternativos quando apropriado.

78. Ao utilizar amostragem de auditoria para testar controles sobre aprovações de compras, o auditor independente definiu a população, a unidade de amostragem, o desvio tolerável e o risco de amostragem. Segundo a NBC TA 530, é correto afirmar que

a) o risco de amostragem é o risco de que a conclusão obtida com base na amostra seja diferente daquela que seria alcançada se toda a população fosse examinada.

b) a amostragem de auditoria exige aplicação de procedimentos sobre 100% dos itens da população relevante.

c) quanto menor o risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar, menor tende a ser o tamanho da amostra.

d) a amostragem estatística dispensa seleção aleatória, desde que o auditor utilize julgamento profissional na escolha dos itens.

e) a amostragem elimina o risco de auditoria, pois permite extrapolar os resultados da amostra para a população.

- 79.** Durante auditoria das demonstrações contábeis, o auditor independente identificou incerteza significativa relacionada à continuidade operacional da entidade. A administração elaborou avaliação formal, divulgou adequadamente a incerteza relevante em nota explicativa e o auditor concluiu que o uso da base contábil de continuidade operacional era apropriado. À luz da NBC TA 570, nessa situação, o auditor deve
- a) emitir opinião adversa, pois a existência de incerteza relevante impede o uso da base de continuidade operacional.
 - b) abster-se de emitir opinião, pois qualquer incerteza relacionada à continuidade operacional representa limitação de alcance.
 - c) expressar opinião não modificada e incluir seção separada no relatório para chamar atenção para a incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, quando as divulgações forem adequadas.
 - d) emitir opinião com ressalva, ainda que as divulgações sejam adequadas, pois a continuidade operacional não foi comprovada de forma absoluta.
 - e) omitir referência à continuidade operacional, pois a divulgação em nota explicativa substitui qualquer menção no relatório.
- 80.** Durante a execução dos trabalhos, o auditor independente identificou deficiência significativa de controle interno relacionada à autorização de pagamentos. A deficiência não gerou distorção material identificada nas demonstrações contábeis, mas, no julgamento do auditor, merecia atenção dos responsáveis pela governança. Considerando a NBC TA 265, o auditor deve
- a) comunicar tempestivamente, por escrito, as deficiências significativas de controle interno aos responsáveis pela governança.
 - b) deixar de comunicar a deficiência, pois somente distorções materializadas devem ser reportadas aos responsáveis pela governança.
 - c) comunicar a deficiência apenas se ela resultar em opinião modificada no relatório de auditoria.
 - d) substituir a comunicação aos responsáveis pela governança por comentário no relatório de auditoria.
 - e) determinar diretamente a correção dos controles internos, pois a responsabilidade por sua implementação é do auditor independente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fernando Maurício*

- 81.** Uma autarquia federal proprietária de um pavimento de salas comerciais decidiu locar esses imóveis para a sociedade empresária "Ângulo Comércio de Roupas Ltda.", que utiliza o espaço para fins estritamente comerciais e lucrativos. Os aluguéis auferidos pela autarquia são integralmente revertidos para o cumprimento de suas finalidades estatutárias básicas. Diante desse cenário e do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a afirmativa correta.
- a) O IPTU é devido, sendo a sociedade empresária locatária a responsável tributária pelo recolhimento do imposto.
- b) A cobrança do IPTU é vedada, uma vez que a imunidade recíproca se estende ao patrimônio das autarquias, independentemente de quem o ocupe.
- c) O imposto é devido e a obrigação principal de pagamento permanece sob a responsabilidade direta da autarquia federal, na condição de contribuinte.
- d) Há isenção heterônoma automática expressa na Constituição Federal para imóveis públicos cedidos a particulares que exerçam atividade econômica.
- e) A cobrança é indevida porque os valores dos aluguéis são aplicados nas atividades institucionais do ente público, mantendo o benefício da imunidade.

82. A respeito das regras constitucionais que balizam as alíquotas dos impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal, analise as afirmativas a seguir:

I-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas do ICMS, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

II-) É competência da Resolução do Senado Federal a fixação das alíquotas máximas para o ITCMD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação).

III-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer alíquotas internas máximas para o ICMS, mas o estabelecimento de alíquotas internas mínimas compete exclusivamente a convênio do CONFAZ.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
b) II.
c) I e II.
d) I e III.
e) I, II e III.

83. No âmbito da Reforma Tributária prevista na EC nº 132/2023, relativamente ao IBS e CBS, tais tributos observarão as mesmas regras em relação a

- a) regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação e penalidades por descumprimento da legislação.
- b) fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e alíquotas.
- c) fatos geradores, hipóteses de não incidência e regimes favorecidos de tributação.
- d) competência, regras de não cumulatividade e de creditamento.
- e) fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e prazos de recolhimento.

84. A Contribuição de Melhoria é um tributo de natureza contraprestacional cuja instituição vincula-se a uma atuação estatal específica. À luz das normas gerais de Direito Tributário dispostas no Código Tributário Nacional (CTN) sobre essa espécie tributária, assinale a afirmativa correta:

- a) O teto global de arrecadação do tributo (limite total) é balizado pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- b) A cobrança da contribuição de melhoria visa antecipar receitas para o financiamento e a execução de obras públicas planejadas pelo Ente político.
- c) É um tributo de competência privativa dos Municípios e do Distrito Federal, tendo em vista o seu caráter eminentemente imobiliário e local.
- d) O custo da despesa realizada na obra pública atua como o limite máximo global da arrecadação, exigindo-se, concomitantemente, a efetiva valorização dos imóveis afetados.
- e) O limite individual de cobrança de cada contribuinte é mensurado dividindo-se o custo total da obra pública pelo número de proprietários de imóveis na zona de influência.

85. A Constituição Federal de 1988 estabelece critérios rígidos para a Repartição das Receitas Tributárias entre os entes políticos. Diante das regras constitucionais vigentes, assinale a alternativa que apresenta uma proposição correta:

- a) Pertence aos Municípios a metade (50%) do produto da arrecadação do ITR relativo aos imóveis neles situados, direito este que é ampliado para 100% caso o Município opte por fiscalizar e cobrar o referido imposto federal.
- b) Do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis, a União entregará o percentual de 25% diretamente aos Municípios e 29% aos Estados e ao Distrito Federal.
- c) Pertencerão aos Estados e ao Distrito Federal 50% do montante arrecadado pela União a título de

impostos instituídos por meio do exercício de sua competência residual.

- d) O montante arrecadado com o IOF incidente sobre o ouro, quando este for definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, pertencerá integralmente (100%) ao Município de origem da extração.
- e) A totalidade (100%) do produto da arrecadação do IPVA pertence ao Estado onde o veículo automotor foi licenciado, cabendo aos Municípios apenas participação residual em fundos de desenvolvimento.

86. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, segundo a previsão Constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- b) Lei Complementar Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- c) será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.
- d) não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas na Constituição.
- e) terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, sem exceções.

87. Sobre as regras de responsabilidade tributária delineadas pelo Código Tributário Nacional (CTN) e pelas súmulas dos Tribunais Superiores, examine as proposições abaixo:

I-) Na hipótese de fusão de empresas, a responsabilidade da pessoa jurídica sucessora fica restrita ao pagamento dos tributos devidos pela sucedida, não englobando as multas moratórias ou punitivas.

II-) Encerrado o processo de inventário e realizada a partilha dos bens do *de cujus*, os débitos tributários sob a responsabilidade do falecido passam a ser exigíveis dos herdeiros, limitando-se a responsabilidade de cada um ao montante do seu quinhão, legado ou meação.

III-) No caso de arrematação de bem imóvel em hasta pública, os créditos fiscais decorrentes de impostos cujos fatos geradores correspondam à propriedade ou posse do bem sub-rogam-se sobre o respectivo preço da arrematação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

88. O lançamento tributário é ato essencial para a dinâmica da relação Fisco-Contribuinte. A respeito de suas características e modalidades, julgue os itens que se seguem:

I-) A entrega de declaração pelo sujeito passivo reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, tornando prescindível qualquer outra providência por parte do Fisco para sua constituição.

II-) O procedimento do lançamento fiscal é de competência privativa da autoridade administrativa, destinando-se, entre outras atribuições, a identificar o sujeito passivo e calcular o montante do tributo devido.

III-) O lançamento retroage à data da ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente e rege-se pela legislação então vigente, ainda que esta tenha sido modificada ou revogada posteriormente.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

89. O Código Tributário Nacional (CTN) estabelece regras rígidas de hermenêutica aplicáveis à legislação fiscal. No que concerne às hipóteses em que a norma tributária exige, obrigatoriamente, uma interpretação literal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A legislação que dispõe sobre a outorga de isenção deve ser interpretada de forma literal.
- b) A lei que concede moratória aos sujeitos passivos submete-se à regra da interpretação literal.
- c) As normas que tratam de parcelamento dispensam a interpretação literal por configurarem mero favor fiscal de dilação de prazo.
- d) A dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias atrai a aplicação do método de interpretação literal.
- e) A lei que concede o perdão da penalidade por meio da anistia deve ser interpretada literalmente.

90. Conforme prevê a LC 214/25, como regra, em que momento se considera ocorrido o Fato Gerador do IBS e da CBS, no caso de aquisições de bens e serviços pela administração pública direta?

- a) No início do fornecimento.
- b) No momento em que ocorre a licitação.
- c) No momento em que se realiza o fornecimento.
- d) No momento em que se realiza o pagamento.
- e) No término do fornecimento.

91. Conforme prevê a LC 214/25, qual o local se considera ocorrida a operação, no caso de leilão judicial?

- a) No local em que se localiza o arrematante.
- b) No local onde se encontra o bem móvel material.
- c) No local em que o bem foi apreendido.
- d) No local em que se realiza o leilão judicial.
- e) No local de domicílio do adquirente.

92. Em virtude de severa crise financeira, a sociedade empresária "Vesta Industrial S.A." teve sua falência decretada pelo Poder Judiciário. A massa falida possui obrigações inadimplidas com diversos credores, divididas em: créditos tributários decorrentes de impostos (obrigação principal), multas de natureza tributária, créditos com garantia real (hipoteca de maquinário) e indenizações civis por acidentes de trabalho ocorridos na fábrica.

Diante do concurso de credores no processo de falência e dos privilégios do crédito tributário previstos no CTN e na Lei nº 11.101/2005, assinale a afirmativa correta:

- a) Os créditos tributários relativos aos impostos têm preferência absoluta sobre os valores decorrentes de acidentes de trabalho.
- b) Os créditos oriundos de acidentes de trabalho precedem, na ordem de pagamento da falência, os créditos tributários correspondentes à obrigação principal.
- c) As multas de natureza tributária gozam de preferência em relação aos créditos dotados de garantia real.
- d) O crédito referente às multas fiscais possui a mesma classificação e ordem de preferência que o imposto (obrigação principal) que as originou.
- e) O crédito com garantia real é postergado, devendo ser integralmente quitado apenas após a total satisfação das multas tributárias da massa falida.

93. As garantias e os privilégios asseguram à Fazenda Pública prerrogativas essenciais para a cobrança da dívida ativa. Sobre este tema regulado pelo Código Tributário Nacional, avalie os itens que se seguem:

- I-) Os bens do sujeito passivo gravados com cláusulas contratuais de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem, em hipótese alguma, pela satisfação do crédito tributário.
- II-) A natureza jurídica das garantias concedidas ao crédito público não altera a natureza deste e nem modifica as características da obrigação tributária originária.
- III-) Presume-se fraudulenta a venda ou oneração de bens por sujeito passivo em débito com o Fisco, desde que o crédito já esteja devidamente inscrito em Dívida Ativa e o devedor não tenha reservado patrimônio suficiente para saldar o montante total arrecadado.

Está correto o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

94. O Código Tributário Nacional impõe obrigações e dita limites no que tange ao procedimento de fiscalização tributária e ao sigilo fiscal. À luz das disposições do CTN sobre a matéria, analise os seguintes itens:

I-) É terminantemente vedada à Administração Tributária a divulgação de quaisquer informações associadas a parcelamentos ou moratórias concedidas a contribuintes. II-) Disposições legais excludentes ou restritivas do direito de examinar livros comerciais, mercadorias, arquivos e documentos não produzem efeitos práticos perante a fiscalização tributária, subsistindo o dever de exibição por industriais, comerciantes e produtores. III-) Não se insere na vedação do sigilo fiscal a divulgação, por parte do Fisco, de informações que versem sobre representações fiscais para fins penais encaminhadas ao Ministério Público.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

95. Em relação ao Comitê Gestor do IBS - CGIBS, analise os itens a seguir:

I-) Tem por competência administrativa editar regulamento único do IBS, e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto.

II-) É quem deverá arrecadar o IBS, efetuar compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios de destino da operação.

III-) Terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.

- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

96. Em relação Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, previsto na CF/88 pela EC 132/23, assinale a alternativa correta:

- a) tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para, entre outros, a realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura.
- b) tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para, entre outros, a promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.
- c) Na aplicação dos recursos, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios priorizarão projetos que prevejam ações de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.
- d) O Comitê Gestor do IBS e a Receita Federal serão responsáveis por regulamentar e calcular os coeficientes individuais de participação recebidos.
- e) tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recursos da União aos Municípios para, entre outros, o fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras.

97. Conforme prevê a Lei Complementar 214/25, analise os itens a seguir:

- I-) Considera-se destinatário aquele obrigado ao pagamento ou a qualquer outra forma de contraprestação pelo fornecimento de bem ou serviço.
- II-) Equiparam-se a bens imateriais as energias que tenham valor econômico.
- III-) Incluem-se nas operações com bens, a locação, o arrendamento e a cessão temporária do bem.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

98. Conforme dispõe a LC 214/25, não integra a Base de Cálculo do IBS:

- a) os acréscimos decorrentes de ajuste do valor da operação;
- b) demais importâncias cobradas ou recebidas como parte do valor da operação
- c) os juros, multas, acréscimos e encargos.
- d) os descontos concedidos sob condição.
- e) contribuição para o PIS/Pasep.

99. Em relação às alíquotas de referência do IBS e da CBS, assinale a alternativa incorreta:

- a) A estimativa de impacto nas alíquotas de referência do IBS e da CBS, acompanhada da respectiva metodologia, será elaborada pelo Poder Executivo da União, nos projetos de sua iniciativa, com a manifestação do Comitê Gestor do IBS no prazo de até 30 (trinta) dias.
- b) Os projetos de lei complementar que reduzam ou aumentem a arrecadação do IBS ou da CBS, nos termos do art. 19, somente serão apreciados pelo Congresso Nacional se estiverem acompanhados

de estimativa de impacto nas alíquotas de referência do IBS e da CBS.

- c) As alíquotas de referência serão fixadas por resolução do Senado Federal.
- d) A Câmara dos Deputados, o Senado Federal, ou quaisquer de suas Comissões, poderão consultar o Poder Executivo da União, o Comitê Gestor do IBS ou o Tribunal de Contas da União, que deverão apresentar a estimativa de impacto no prazo de 60 (sessenta) dias.
- e) Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do IBS ou da CBS deverá ser compensada pela elevação ou redução, por Lei Complementar, da alíquota de referência da CBS e das alíquotas de referência estadual e municipal do IBS, de modo a preservar a arrecadação das esferas federativas.

100. Em relação ao Princípio da Não Cumulatividade do IBS e da CBS, conforme prevê a Lei Complementar 214/25, analise os itens a seguir:

- I-) Na devolução e no cancelamento de operações em que o adquirente não seja contribuinte no regime regular, o fornecedor sujeito ao regime regular poderá apropriar créditos ou estornar débitos com base nos valores dos débitos incidentes na operação devolvida ou cancelada.
- II-) O adquirente deverá estornar o crédito apropriado caso o bem adquirido venha a perecer, deteriorar-se ou ser objeto de roubo, furto ou extravio.
- III-) A imunidade e a isenção acarretarão a anulação dos créditos relativos às operações anteriores.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Eduardo da Rocha*

101. A sistemática do pagamento antecipado do ICMS é um importante mecanismo de arrecadação utilizado pela Fazenda Pública Estadual. Nos termos da Lei n.º 18.665/2023, as mercadorias procedentes de outra unidade da Federação sujeitam-se ao pagamento antecipado do imposto relativo à operação de saída subsequente. No entanto, a própria lei estabelece exceções a essa regra. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que as mercadorias vindas de outro Estado **NÃO** estarão sujeitas a esse pagamento antecipado.

- a) Quando forem mercadorias procedentes de outra unidade da Federação e sujeitas à tributação regular e integral na operação de saída subsequente praticada pelo adquirente cearense.
- b) Quando se tratar de mercadorias cuja operação de saída subsequente, a ser praticada pelo adquirente, for contemplada com redução de base de cálculo.
- c) Quando as mercadorias forem destinadas à utilização como insumo do estabelecimento industrial adquirente localizado no Ceará.
- d) Quando as mercadorias forem destinadas à revenda, independentemente de estarem sujeitas ao regime de substituição tributária (ST) no Estado do Ceará.
- e) Quando as mercadorias forem destinadas ao ativo imobilizado do adquirente comercial, hipótese que afasta a antecipação para cobrança exclusiva da substituição tributária.

102. A Lei n.º 18.665/2023 estabelece diretrizes precisas sobre as hipóteses de não incidência do imposto, bem como sobre a aplicação e a extensão de isenções, incentivos e benefícios fiscais. Com base nas regras gerais dispostas na referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) Salvo disposição expressa em contrário, a isenção concedida para a operação com determinada mercadoria estende-se à prestação de serviço de transporte com ela relacionada, em respeito à regra de que o acessório segue o principal.
- b) A concessão de uma isenção ou benefício fiscal exonera o contribuinte da obrigação principal e, como regra geral, também é extensiva às obrigações acessórias relacionadas à operação.
- c) Os benefícios ou incentivos fiscais relativos ao ICMS previstos na legislação não são extensíveis à parcela adicional do imposto destinada ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).
- d) O papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos é tributado pelo ICMS, uma vez que a regra legal de não incidência protege estritamente o produto final já impresso e acabado.
- e) A não incidência do imposto sobre os livros eletrônicos (e-books) alcança os suportes exclusivamente utilizados para fixá-los (e-readers), mas o benefício será perdido caso esses aparelhos possuam funcionalidades acessórias.

103. A Indústria de Calçados Passo Leve S/A, com sede e fábrica no estado do Ceará, realiza rotineiramente a transferência de lotes de sapatos para o seu centro de distribuição (filial) localizado no próprio estado, bem como para outras filiais estratégicas localizadas em diferentes estados do Nordeste. O setor fiscal da empresa ficou em dúvida sobre a ocorrência ou não do fato gerador do ICMS nessas operações específicas de remessa entre estabelecimentos da própria empresa. Com base na legislação estadual pertinente ao imposto, assinale a alternativa correta:

- a) A transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular configura, como regra geral, a ocorrência do fato gerador do imposto, devendo a empresa recolher o ICMS a cada remessa realizada.
- b) Como regra, não ocorre o fato gerador do ICMS na transferência entre filiais, o que acarreta a obrigatoriedade de estorno integral dos créditos relativos às operações e prestações anteriores.
- c) Alternativamente à regra de não ocorrência do fato gerador, a Secretaria da Fazenda poderá impor de ofício a tributação da transferência, exigindo o imposto a cada operação para resguardar a arrecadação.
- d) A legislação estabelece que não se considera ocorrido o fato gerador na transferência de mercadoria para estabelecimento da mesma titularidade, porém, o contribuinte pode optar por equiparar essa remessa a uma operação tributada.
- e) Nas transferências interestaduais em que não ocorre o fato gerador, o crédito relativo às operações anteriores deve ser mantido pela unidade federada de origem, sendo vedada a transferência de crédito para o estado de destino.

104. A empresa Alpha Comércio Exterior S/A, estabelecida no Ceará, realizou a importação de um lote de equipamentos eletrônicos da Ásia. Ao iniciar o processo de desembaraço aduaneiro, além dos tributos federais incidentes, a empresa precisou recolher o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e pagar uma multa administrativa por infração à legislação aduaneira ao Fisco Federal. Considerando as disposições da legislação estadual, assinale a alternativa correta no que tange à base de cálculo do ICMS na importação de acordo com a lei do ICMS cearense:

- a) A base de cálculo do ICMS na importação restringe-se ao valor da mercadoria constante no documento de importação acrescido dos impostos federais incidentes, sendo vedada a inclusão do AFRMM.
- b) A multa administrativa aplicada por infração à legislação aduaneira, ainda que recolhida ao Fisco Federal até o momento do desembaraço, não integra a base de cálculo do imposto por possuir natureza punitiva.
- c) A regra do cálculo por dentro não se aplica às operações de importação de bens do exterior, razão pela qual o valor do próprio ICMS incidente na operação não poderá compor a sua respectiva base de cálculo.
- d) O ICMS devido na importação terá em sua base de cálculo o valor da mercadoria, os impostos federais incidentes na operação, o AFRMM, a referida multa administrativa recolhida e o valor do próprio ICMS.
- e) O Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) compõe a base de cálculo, porém a legislação exclui as parcelas correspondentes às contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS.

105. O Estado do Ceará, em alinhamento com os ditames constitucionais de erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais, instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). Sobre a natureza, gestão e destinação dos recursos desse fundo de extrema relevância para a sociedade cearense, analise as afirmativas abaixo de acordo com a LC 37/03:

- I. O FECOP possui natureza contábil e seus recursos devem ser aplicados exclusivamente em ações suplementares voltadas para a melhoria da qualidade de vida (como assistência social, nutrição e habitação), sendo a sua gestão financeira executada pela Secretaria da Fazenda.
- II. O Poder Executivo possui a obrigação de enviar anualmente um relatório circunstanciado à Assembleia Legislativa contendo o montante dos recursos arrecadados pelo fundo, sua aplicação e os resultados obtidos.
- III. Os recursos do fundo destinados ao combate à seca deverão ser utilizados exclusivamente para a aquisição de máquina perfuratriz e perfuração de poços profundos, visando garantir o abastecimento hídrico.

Diante da análise das afirmativas, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

106. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) é um instrumento contábil fundamental gerido pelo Estado do Ceará para viabilizar o acesso da população a níveis dignos de subsistência e reduzir as desigualdades sociais. A Lei Complementar estadual n.º 37/2003 estabelece regras sobre a composição de suas receitas, a incidência do adicional do ICMS e as restrições quanto à destinação de seus recursos. Com base nas disposições da referida Lei Complementar, assinale a alternativa correta:

- a) A legislação permite, em caráter de exceção, a utilização dos recursos do FECOP para o pagamento regular de despesas de pessoal e encargos sociais de servidores públicos estaduais vinculados exclusivamente à área da saúde.
- b) Compõem o FECOP as parcelas do adicional de dois pontos percentuais nas alíquotas do ICMS incidentes sobre produtos como perfumes, extratos e águas-de-colônia, independentemente do valor unitário da mercadoria comercializada.
- c) O cálculo do ICMS com base na aplicação da alíquota adicionada de dois pontos percentuais destinada ao FECOP poderá ser realizado somente nas operações destinadas ao consumo final, ou por ocasião da cobrança do imposto sob a modalidade da substituição tributária.
- d) Os recursos arrecadados e vinculados ao FECOP poderão ser objeto de remanejamento, transposição ou transferência para finalidade diversa daquela prevista na lei, desde que haja prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo para cobrir déficits do Estado.
- e) O adicional de dois pontos percentuais do ICMS destinado ao fundo incide nas operações com artigos e alimentos para animais de estimação, incluindo medicamentos e vacinas de uso veterinário.

107. O empresário Roberto é proprietário da loja "Aventuras & Cia", localizada em Fortaleza, especializada na venda de drones, jet-skis e rodas esportivas de automóveis. Para expandir seus negócios, ele também realiza a venda de mercadorias em geral e frequentemente contrata serviços de transporte intermunicipal para enviar seus produtos a clientes no interior do Estado, além de arcar com despesas de serviços de comunicação para manter sua loja operando. Durante o fechamento do mês, o contador da empresa precisou aplicar as alíquotas do ICMS vigentes no Decreto n.º 33.327/2019 (RICMS/CE) para calcular o imposto devido nessas operações e prestações internas. Com base na referida legislação estadual, assinale a alternativa correta:

- a) As operações internas com drones e jet-skis, por serem mercadorias comuns de recreação, sujeitam-se à alíquota geral de 20%.
- b) A prestação de serviço de transporte intermunicipal contratada por Roberto para o envio das mercadorias aos clientes no interior do Ceará sujeita-se à alíquota de 28%.
- c) O serviço de comunicação utilizado pela loja para manter sua operação ativa é tributado pela alíquota interna de 28%.
- d) As operações internas de venda de drones, jet-skis e rodas esportivas de automóveis realizadas pela empresa de Roberto atraem a incidência da alíquota de 28%.
- e) Caso Roberto realize a venda de mercadorias em geral não especificadas nas exceções legais, a operação interna estará sujeita à alíquota geral de 18%.

108. A escrituração fiscal e a correta apuração do imposto devido são obrigações fundamentais de todo contribuinte. O Decreto n.º 33.327/2019 (RICMS/CE) regulamenta a forma como as empresas devem confrontar suas operações para encontrar o saldo a recolher ou o saldo credor a transferir. Sobre a composição dessa apuração e a apuração dos valores, analise as afirmativas abaixo:

- I. Na sistemática de apuração do imposto, o montante correspondente à rubrica de "estorno de débitos" deverá estar compreendido no total dos créditos do período considerado.
- II. O montante do ICMS a recolher resultará da diferença positiva, no período considerado, oriunda do confronto direto entre o total dos débitos e o total dos créditos do imposto.
- III. O eventual saldo credor apurado é transferível para o período ou períodos seguintes, ou, ainda, compensável com o saldo devedor de outro estabelecimento pertencente ao mesmo sujeito passivo, desde que localizado no Ceará.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

109. O princípio da não cumulatividade do ICMS garante ao contribuinte o direito de compensar o imposto devido em cada operação com o montante cobrado nas etapas anteriores. Entretanto, a própria legislação estabelece limitações a esse direito. Com base nas disposições do Decreto n.º 33.327/2019 (RICMS/CE), assinale a alternativa que apresenta a correta aplicação das regras de vedação ao aproveitamento de crédito do imposto:

- a) A entrada de bens destinados exclusivamente ao uso ou consumo do estabelecimento garante ao adquirente o direito imediato e integral ao creditamento do ICMS, regra esta que se aplica a todas as aquisições realizadas a partir do ano de 2023.
- b) É vedado o aproveitamento do crédito na entrada de mercadoria recebida para comercialização cuja posterior saída ocorra sem débito do imposto, ainda que essa circunstância seja conhecida na data da entrada, exceto se a referida saída for destinada ao exterior.
- c) O aproveitamento de crédito referente à aquisição de bens para o ativo imobilizado é permitido, inclusive quando os bens forem utilizados exclusivamente na área administrativa e não guardarem qualquer relação com o processo de produção ou comercialização.
- d) A regra geral do ICMS autoriza o creditamento integral nas operações de entrada, mesmo que a posterior saída da mercadoria seja beneficiada com isenção ou não incidência.
- e) A legislação permite o aproveitamento integral do crédito quando o imposto destacado no documento fiscal de origem tiver sido devolvido pelo Estado remetente sob a forma de prêmio ou estímulo, independentemente de o benefício ter amparo em convênio do CONFAZ.

110. A Comercial de Alimentos Mandacaru Ltda., estabelecida no Estado do Ceará, foi alvo de uma fiscalização que apurou severas irregularidades em suas operações. Diante da gravidade dos fatos, a autoridade fazendária decidiu pela suspensão da inscrição da empresa no Cadastro Geral da Fazenda (CGF). O sócio-administrador, Sr. João, preocupado com o andamento do seu negócio, buscou entender o rito legal e as consequências imediatas desse ato. Considerando a situação hipotética e as regras do processo de suspensão da inscrição no CGF estabelecidas na Lei n.º 18.665/2023, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão da inscrição no CGF, por se tratar de medida restritiva de direitos para proteção do erário, pode ser efetivada de ofício e de forma imediata, sendo assegurado ao contribuinte o direito à ampla defesa apenas em momento posterior ao ato.
- b) A suspensão da inscrição no CGF será efetivada mediante Ato Declaratório expedido pela autoridade fazendária, produzindo os seus regulares efeitos desde a data da constatação da infração pela fiscalização.
- c) Efetivada a suspensão de sua inscrição, a Comercial Mandacaru Ltda., após devidamente intimada pela SEFAZ, terá o prazo de até 5 (cinco) dias para entregar toda a documentação fiscal em seu poder.
- d) Os documentos fiscais emitidos pela empresa durante o período de suspensão no CGF permanecerão idôneos e válidos para acobertar o trânsito de mercadorias, desde que o imposto correspondente seja recolhido de forma antecipada.
- e) A suspensão da inscrição, por ser medida excepcional, deve ser precedida de ação judicial.

- 111.** O adequado cumprimento da legislação tributária é resguardado pela previsão legal de sanções em caso de inobservância das normas aplicáveis. A Lei n.º 18.665/2023 estabelece o rol de penalidades cabíveis e os parâmetros para o cálculo das multas. Sobre as infrações e penalidades relativas ao imposto, assinale a alternativa correta:
- a) As multas decorrentes de infrações à legislação do ICMS terão como base de cálculo o valor do próprio imposto ou o valor da operação, não podendo ser baseado no valor da UFIRCE.
 - b) Entre as penalidades previstas para as infrações da legislação do ICMS está a cassação de regime especial para emissão de documentos fiscais, sanção esta que não pode ser aplicada de forma cumulativa com a cobrança de multa pecuniária.
 - c) As infrações da legislação estadual sujeitam o infrator a penalidades que podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, estando entre elas o cancelamento de benefícios fiscais e a sujeição a regime especial de fiscalização e controle.
 - d) É vedada a lavratura de auto de infração com a finalidade exclusiva de efetivar o lançamento para evitar a decadência do crédito tributário, sendo obrigatória a constatação de dolo, fraude ou simulação do contribuinte.
 - e) As multas aplicadas às infrações da legislação do ICMS serão calculadas tomando-se por base o valor do imposto e o valor da operação ou prestação, sendo expressamente vedada a utilização do faturamento do estabelecimento como parâmetro.
- 112.** Os Auditores Fiscais da Receita Estadual, Carlos e Roberto, foram designados em conjunto para realizar uma ação fiscal na Indústria de Móveis Carvalho S/A, estabelecida no Ceará. Durante o andamento dos trabalhos, surgiram dúvidas e situações imprevistas quanto à competência e a um possível impedimento legal de um dos agentes para atuar no processo e formular a exigência do crédito tributário. Considerando o caso hipotético e as regras de fiscalização estabelecidas pela Lei n.º 18.665/2023, assinale a alternativa correta:
- a) Se Carlos verificar o seu impedimento legal para atuar no caso, a fiscalização permanecerá válida desde que Roberto, que é desimpedido e foi designado para a mesma ação, assuma exclusivamente a condução dos trabalhos.
 - b) Na hipótese de incompetência ou impedimento para formular a exigência do crédito tributário, a autoridade fiscal deverá comunicar o fato diretamente ao Ministério Público, a quem caberá a adoção das providências criminais e administrativas cabíveis.
 - c) Caso Carlos seja considerado incompetente para formular a exigência do crédito tributário, a presença de Roberto, desde que este seja uma autoridade fiscal competente e designado para a mesma ação fiscal, suprirá a incompetência de Carlos.
 - d) A presença de Roberto, atuando como autoridade desimpedida, é plenamente capaz de validar toda a fiscalização, mesmo que posteriormente fique comprovado o impedimento legal de Carlos para atuar de forma conjunta.
 - e) Se Roberto verificar o seu próprio impedimento para realizar a ação fiscal, ele deverá lavrar o auto de infração de forma preliminar para evitar a decadência antes de comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

113. O empresário Marcos, residente no Ceará e apaixonado por carros, realizou diversas movimentações em sua frota particular durante o ano. Em janeiro, importou diretamente do exterior um veículo esportivo para seu uso pessoal. Em março, adquiriu um carro zero quilômetro em uma concessionária local. Por fim, em agosto, comprou de um amigo um veículo usado, registrado em outro Estado, sem que houvesse a comprovação do pagamento do IPVA na unidade da Federação de origem. Com base nas regras sobre o momento de ocorrência do fato gerador do imposto, dispostas na Lei n.º 12.023/1992, assinale a alternativa correta:

- a) Para o veículo novo adquirido na concessionária local, o fato gerador considera-se ocorrido no momento do seu primeiro registro e licenciamento perante o órgão de trânsito estadual.
- b) Em relação ao veículo esportivo de procedência estrangeira importado diretamente por Marcos, o fato gerador do imposto, para efeito da primeira tributação, ocorre na data do seu desembarço aduaneiro.
- c) Caso a importação do veículo esportivo tivesse sido realizada por uma empresa revendedora que, posteriormente, o vendesse a Marcos, o fato gerador ocorreria no momento do desembarço aduaneiro realizado pela referida empresa.
- d) Na aquisição do veículo usado oriundo de outro Estado, o fato gerador do imposto ocorrerá apenas em 1.º de janeiro do exercício seguinte, uma vez que o IPVA é um imposto de periodicidade anual.
- e) Se algum dos veículos de Marcos gozasse de isenção do imposto e, futuramente, viesse a perder essa condição, o fato gerador passaria a ocorrer somente no primeiro dia útil do ano subsequente à perda do benefício.

114. O empresário Antônio, residente no Estado do Ceará, possui uma frota diversificada de veículos. Para as operações de sua empresa, ele adquiriu um micro-ônibus destinado ao transporte de sua equipe de funcionários. Para seu uso pessoal, Antônio adquiriu um automóvel de passeio com potência de 190cv e uma motocicleta de 150 cilindradas. Além disso, comprou recentemente uma aeronave para viagens a negócios. Considerando as alíquotas do imposto estabelecidas na Lei n.º 12.023/1992, assinale a alternativa correta:

- a) A aeronave adquirida por Antônio para suas viagens de negócios estará sujeita à alíquota de 3,5%, sendo equiparada à alíquota aplicável às embarcações.
- b) A motocicleta de 150 cilindradas utilizada para o seu lazer será tributada pela alíquota de 2,0%, que é a regra geral para veículos de duas rodas de baixa ou média cilindrada.
- c) Caso Antônio decida abrir uma empresa locadora de veículos, todos os automóveis registrados no CNPJ da referida empresa gozarão automaticamente da alíquota de 1,0%.
- d) O micro-ônibus adquirido por Antônio para o transporte de sua equipe sujeita-se à alíquota de 1,0%, a mesma aplicável aos caminhões, ônibus e cavalos mecânicos.
- e) O automóvel de uso pessoal de Antônio, por possuir uma potência de 190 cavalos (cv), atrairá a incidência do IPVA sob a alíquota de 3,0%, teto estabelecido para os carros de passeio e utilitários.

115. O empresário Fernando e sua esposa, Camila, residentes no Estado do Ceará, vivenciaram duas situações distintas com seus veículos no mesmo ano. Fernando adquiriu um automóvel zero quilômetro em uma concessionária local e o registrou no mês de maio. Já Camila, infelizmente, teve seu carro furtado no mês seguinte, resultando na perda total do bem e na descaracterização do seu domínio e posse. Em busca de orientações sobre a cobrança do imposto, o casal consultou o seu contador. Considerando as regras sobre a base de cálculo, o cálculo proporcional e as hipóteses de dispensa do IPVA estabelecidas na Lei n.º 12.023/1992, assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo do veículo novo de Fernando será o valor venal constante da nota fiscal, sendo o imposto cobrado com base nesse documento oficial ainda que o valor da nota seja inferior ao preço praticado no mercado.
- b) Pelo fato de Fernando ter realizado o registro inicial do seu veículo automotor a partir do mês de fevereiro, o IPVA do seu carro zero quilômetro não será cobrado no ano da aquisição, postergando-se a tributação para o dia 1.º de janeiro do exercício seguinte.
- c) Diante do furto e da perda total do veículo de Camila, a Secretaria da Fazenda dispensará o pagamento do imposto, uma vez que o evento descaracterizou o seu domínio ou posse sobre o bem.
- d) Caso o casal decidisse importar um veículo esportivo do exterior para uso próprio (usuário final), a base de cálculo do IPVA seria o preço final de venda que um revendedor aplicaria no mercado interno cearense.
- e) Na importação direta por consumidor final, os tributos e demais gravames devidos pela importação só compõem a base de cálculo do IPVA caso já tenham sido efetivamente recolhidos aos cofres públicos pelo importador até a data do desembaraço aduaneiro.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha (Caverna)

116. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, que rege o ITCD no Estado do Ceará, assinale a assertiva incorreta.

- a) Em relação às doações, o doador será contribuinte sempre que o donatário for domiciliado em outro Estado.
- b) Por ocasião da doação da nua-propriedade de um bem imóvel, a base de cálculo corresponderá a 2/3 do valor desse bem.
- c) Na hipótese em que o capital da sociedade tiver sido integralizado em prazo inferior a 5 anos, mediante incorporação de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, a base de cálculo do imposto não será inferior ao valor venal atualizado dos referidos bens e direitos.
- d) Na hipótese de transmissão de quotas de participação em empresas, considera-se ocorrido o fato gerador do ITCD, na data do arquivamento na Junta Comercial.
- e) Por ocasião do divórcio, quando os cônjuges receberem um valor igual à meação, por ocasião da partilha, não há que se falar na incidência do ITCD.

117. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, que rege o ITCD no Estado do Ceará, assinale a assertiva correta:

- a) É isenta do pagamento do ITCD a transmissão do patrimônio deixado pelo de cujus, desde que o valor total do espólio não ultrapasse 7.000 UFIRCEs.
- b) Dimulé, morador de Fortaleza-CE, doou um veículo a seu irmão, morador de Miami (EUA). Nesse caso, pode-se afirmar que o ITCD será devido ao CE, em razão de o donatário ser residente/domiciliado no exterior.
- c) Dimulé, morador de Campina Grande-PB, doou um imóvel localizado em Fortaleza-CE a seu irmão, morador de São Paulo-SP. Nesse caso, pode-se afirmar que o ITCD será devido ao CE, e o imposto será devido pelo doador, tendo em vista o fato de o donatário não ser residente/domiciliado nesse Estado.
- d) Está isento do ITCD o capital segurado pago aos beneficiários, no caso de seguro de vida contratado pelo de cujus.
- e) O crédito tributário relativo ao ITCD não recolhido nos prazos regulamentares, ainda que inscrito em Dívida Ativa do Estado, poderá ser parcelado em até 30 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufirces.

118. Joaquim, residente e domiciliado no Estado do Maranhão, doou ao filho Pedro, residente no Estado de Sergipe, um imóvel localizado em Fortaleza/CE.

Nesse caso, considerando que a doação foi objeto de escritura pública lavrada no tabelionato de notas do Estado do Mato Grosso, o imposto incidente sobre a doação:

- a) é devido ao Estado do Maranhão, em razão do domicílio do doador.
- b) é devido ao Estado do Ceará, em razão do local da situação do bem.
- c) não é devido, por não haver incidência sobre transmissão de semoventes.

d) é devido ao Estado de Sergipe, onde o donatário tem domicílio.

e) é devido ao Estado do Mato Grosso, local em que a escritura pública de doação foi lavrada.

119. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, que rege o ITCD no Estado do Ceará, assinale a assertiva correta:

- a) Nas transmissões causa mortis ou por doação que sejam formalizadas por quaisquer instrumentos, públicos ou particulares, lavrados fora do Estado, o imposto deverá ser recolhido em até 30 dias, contados da lavratura do ato ou contrato ou da ciência do fato pelo Fisco.
- b) Valores recebidos pelos herdeiros, relativamente a rendimentos do bem do espólio havidos após o falecimento do autor da herança, estão isentos do ITCD.
- c) O ITCD incide sobre transmissões por sucessão legítima e testamentária, não alcançando as provisórias.
- d) Dimulé, morador de Itapipoca-CE, doou um imóvel localizado em Fortaleza-CE a seu irmão, morador de Belo Horizonte-MG. Nesse caso, pode-se afirmar que o ITCD será devido ao CE, e o imposto será devido pelo doador, tendo em vista o fato de o donatário não ser residente/domiciliado nesse Estado.
- e) Na hipótese da ocorrência renúncia à herança, o imposto deve ser recolhido no prazo de 30 dias após firmado o termo de renúncia.

120. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, que rege o ITCD no Estado do Ceará, pode-se afirmar que a multa aplicável pelo atraso na abertura o inventário.

- a) é equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do imposto devido, pelo atraso no requerimento do inventário ou arrolamento, que deverá dar-se no prazo previsto na legislação processual civil, aumentada para 20% (vinte por cento) quando o atraso ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias.
- b) é equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do imposto devido, pelo atraso no requerimento do inventário ou arrolamento, que deverá dar-se no prazo previsto na legislação processual civil, aumentada para 20% (vinte por cento) quando o atraso ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias.
- c) é equivalente a 15% (quinze por cento) sobre o valor do imposto devido, pelo atraso no requerimento do inventário ou arrolamento, que deverá dar-se no prazo previsto na legislação processual civil, aumentada para 20% (vinte por cento) quando o atraso ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias.
- d) é equivalente a 20% (dez por cento) sobre o valor do imposto devido, pelo atraso no requerimento do inventário ou arrolamento, que deverá dar-se no prazo previsto na legislação processual civil, aumentada para 50% (cinquenta por cento) quando o atraso ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias.
- e) é equivalente a três vezes o valor do tributo.

CONTABILIDADE AVANÇADA

Silvio Sande

121. Nas alternativas a seguir, estão listados ativos que são contabilizados como Propriedade para Investimento no Balanço Patrimonial de uma entidade, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- a) terreno mantido para futuro uso indeterminado
- b) propriedade que esteja sendo construída para futura utilização para locação a terceiros
- c) edifício que seja propriedade da entidade e que está arrendado sob um arrendamento operacional
- d) terreno mantido para valorização a longo prazo
- e) propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente no futuro próximo ou para desenvolvimento e revenda

122. A empresa SS Ltda., adquiriu, em 03 de janeiro de 2025, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 800.000,00 e, para instalar o software em operação, a empresa SS Ltda. desembolsou o montante de R\$ 80.000,00. O software ficou apto para uso no dia 05 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 60 meses para uso da licença pela empresa SS Ltda. Também, o contrato prevê desconto de 10% para pagamento dentro do mesmo mês e 20% para pagamento à vista, no ato da negociação. A empresa SS Ltda. optou pelo pagamento à vista. No final do mês de janeiro de 2025, a contabilidade tem registrado

- a) intangível de R\$ 720.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 12.000,00.
- b) intangível de R\$ 720.000,00 e amortização acumulada de R\$ 12.000,00.
- c) intangível de R\$ 880.000,00 e amortização acumulada de R\$ 14.664,00.
- d) intangível de R\$ 880.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 3.666,00.
- e) intangível de R\$ 880.000,00 e amortização acumulada de R\$ 14.464,00.

Em 31/12/2023, a Cia. Ceará adquiriu 80% das ações da Cia. Fortaleza pelo Valor de R\$ 30.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. São Fortaleza era R\$ 20.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 25.000.000,00, sendo a diferença decorrente de um ativo imobilizado adquirido anteriormente e avaliado pelo custo.

No período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a Cia. São Fortaleza reconheceu as seguintes mutações em seu patrimônio líquido:

- Lucro líquido: R\$ 1.000.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 500.000,00.
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 200.000,00 (saldo devedor).

Com base nas informações, responda às questões **123** e **124**.

123. O valor do ágio pago pela Cia. Ceará na aquisição do investimento na Cia. Fortaleza foi, em reais,

- a) 4.000.000,00.
- b) 10.000.000,00.
- c) 14.000.000,00.
- d) 24.000.000,00.
- e) 28.000.000,00.

124. O valor reconhecido pela Cia Ceará no grupo Investimentos, na data de aquisição foi, em reais,

- a) 16.000.000,00.
- b) 20.000.000,00.
- c) 25.000.000,00.
- d) 28.000.000,00.
- e) 30.000.000,00.

125. Em 01/01/2025 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 5 anos
- Taxa de juros compostos: 9,1% ao ano
- Pagamento do principal e juros: 01/01/2030

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 600.000,00, pagos na data da obtenção do empréstimo, e a taxa de custo efetivo da emissão foi 10,00% ao ano.

O saldo contábil do empréstimo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2025, foram, respectivamente, em reais,

- a) 19.400.000,00
- b) 21.340.000,00.
- c) 23.640.000,00.
- d) 25.600.000,00.
- e) 28.000.000,00.

126. A empresa Itapipoca S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Itapipoca S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Itapipoca S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Itapipoca S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

127. Em 01/12/2025, uma empresa realizou uma venda a prazo no valor total de US\$ 800.000 (oitocentos mil dólares). Sabendo que a cotação do dólar era R\$ 4,00 em 01/12/2025, passou para R\$ 5,00 em 31/12/2025 e que a cotação média do mês de dezembro de 2025 foi R\$ 4,50, a empresa reconheceu, no mês de dezembro de 2025, receita de vendas no valor de

- a) R\$ 3.600.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 250.000.
- b) R\$ 3.600.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 400.000.
- c) R\$ 3.200.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 800.000.
- d) R\$ 3.200.000, apenas.
- e) R\$ 4.000.000, apenas.

128. No dia 31/12/2020, uma empresa realizou uma aplicação financeira no valor de R\$ 6.000.000 remunerados à taxa de juros compostos de 20% ao ano e com vencimento para 31/12/2026. Os títulos foram classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os valores justos de mercado desses títulos em 31 de dezembro de cada ano são apresentados a seguir:

Datas	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Valor Justo (em R\$)	7.600.000	8.400.000	10.000.000

Sabendo que esses títulos foram resgatados pela empresa em 31/12/2025 pelo valor justo na data, os impactos reconhecidos nas Demonstrações dos Resultados dos anos de 2023, 2024 e 2025, decorrentes exclusivamente dessa aplicação financeira, foram, respectivamente, em reais,

- a) 1.600.000 positivos, 1.440.000 negativos e 528.000 positivos.
- b) 1.20.000 positivos, 1.440.000 positivos e 1.728.000 positivos.
- c) 1.200.000 positivos, 1.440.000 positivos e 1.360.000 positivos.

d) 1.600.000 positivos, 720.000 positivos e 864.000 positivos.

e) 1.600.000 positivos, 1.440.000 positivos e 1.060.000 positivos.

129. Em 31 de dezembro de 2025, a Cia. Sobral S/A possuía 80% das ações da Cia. Juazeiro, comprada por R\$ 400.000,00, classificando-a como controlada. Ao final do exercício de 2026, a Cia. Juazeiro teve um lucro de R\$ 100.000,00 e pagou dividendos de R\$ 50.000,00. A Cia Sobral vendeu toda a sua participação na Cia. Juazeiro em 31 de dezembro de 2026, por R\$ 500.000,00 à vista. O resultado apurado com a venda da participação na controlada foi de

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$ 70.000,00.
- c) R\$ 80.000,00.
- d) R\$ 90.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

130. A Cia. Canoas recebeu em janeiro de 20x3 um terreno do Governo do Estado para construção de uma fábrica de motocicletas, que irá criar empregos diretos e indiretos e incentivar o desenvolvimento da região. No termo de transferência, o valor informado do terreno foi de R\$ 6.5 milhões, mas a Cia. Canoas apurou que o valor justo do terreno era de R\$ 9.8 milhões. A construção da fábrica durou dois anos, a partir do recebimento do terreno. Após a conclusão da obra, a fábrica entrou em operação, cujo período é estimado em 25 anos.

De acordo com as orientações do CPC 07 (R1), a Cia. Canoas deve:

- apresentar uma subvenção governamental, de R\$ 6,5 milhões, como receita diferida no passivo;
- reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 6,5 milhões, quando do recebimento do terreno por se tratar de um item não monetário;
- reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 9,8 milhões, ao longo do tempo de operação da fábrica;
- registrar uma subvenção no Patrimônio Líquido, de R\$ 6,5 milhões, por se tratar de subvenção para investimento;
- reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 9,8 milhões, em janeiro de 20X3.

131. Determinada empresa apresentou as seguintes demonstrações contábeis referentes ao ano de 2023:

Balança Patrimonial em 31/12/2022 e 31/12/2023 (valores em reais)

ATIVO	31/12/22	31/12/23	PASSIVO	31/12/22	31/12/23
Ativo circulante	240.000	341.000	Passivo circulante	200.000	267.080
Caixa e Equivalente de Caixa	40.000	101.000	Fornecedores	120.000	58.000
Clientes	120.000	90.000	Empréstimo	80.000	118.000
Estoques	80.000	140.000	Imposto a pagar	-	41.400
Seguros antecipados	-	10.000	Dividendo a pagar	-	49.680
Ativo não circulante	301.000	383.000	Patrimônio Líquido	341.000	456.920
Investimento	28.000	43.000	Capital	300.000	300.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	41.000	156.920
Máquinas e Equipamentos	188.000	340.000			
Terrenos	85.000	-			
TOTAL DO ATIVO	541.000	724.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	541.000	724.000

Demonstração do Resultado - Período: 01/01/2023 a 31/12/2023 (valores em reais)

Receitas de Vendas	720.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(330.000)
(=) Resultado com Mercadorias	390.000
(-) Despesa de Depreciação	(42.000)
(-) Outras Despesas Operacionais	(196.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	15.000
(-) Despesas Financeiras	(8.000)
(+) Lucro na Venda de Imobilizado	48.000
(=) Resultado antes dos Impostos	207.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(41.400)
(=) Resultado Líquido	165.600

As seguintes informações adicionais, referentes ao ano de 2023, são conhecidas:

- A empresa não vendeu participações societárias nem máquinas e equipamentos.
- Não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras do ano.
- A venda do terreno foi efetuada à vista.
- O aumento de capital foi realizado da seguinte forma: 50% em dinheiro e o restante com incorporação de reservas de lucros.

O valor, em reais, correspondente ao Caixa das Atividades de Investimentos é:

- 19.000 (negativo).
- 61.000 (negativo).
- 76.000 (negativo).
- 133.000 (positivo).
- 145.000 (positivo).

132. A Cia. Caucaia, em 31/12/2025, extrai, a partir de seus sistemas contábeis, as seguintes informações:

Contas	Saldo (em R\$)
Custo dos produtos vendidos	5.000.000
Despesa de depreciação	120.000
Despesas de aluguéis	190.000
Despesas financeiras	110.000
Despesas de equivalência patrimonial	120.000
Dividendos distribuídos	100.000
Mão de obra e encargos trabalhistas	1.560.000
Materiais adquiridos de terceiros	140.000
Receita bruta	10.500.000
Receitas financeiras	480.000
Receitas de aluguel	330.000
Receitas de dividendos	180.000
Serviços de terceiros	700.000

Tendo em vista as informações apresentadas e o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) –, assinale a alternativa que indica o Valor Adicionado Recebido em Transferência referente ao exercício de 31/12/2025.

- R\$ 900.000
- R\$ 810.000
- R\$ 870.000
- R\$ 400.000
- R\$ 300.000

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

133. A INDÚSTRIA MAVIFOR de Sorvetes incorreu nos seguintes gastos no ano de 2025:

Compra de máquinas	R\$ 112.000,00
Matéria prima consumida	R\$ 128.000,00
Depreciação das máquinas da fábrica	R\$ 80.000,00
Mão de obra direta incorrida	R\$ 160.000,00
Mão de obra indireta incorrida	R\$ 208.000,00
Salários dos funcionários da área comercial	R\$ 192.000,00
Despesa de vendas	R\$ 57.600,00

Assinale a opção que indica os custos de conversão da INDÚSTRIA MAVIFOR em 2025.

- R\$ 448.000,00.
- R\$ 368.000,00.
- R\$ 496.000,00.
- R\$ 688.000,00.
- R\$ 800.000,00.

134. A Cia. Industrial É LENHA incorreu nos seguintes custos durante o mês de maio de 2026:

- Matéria-prima consumida: R\$ 1.600,
- mão de obra direta: R\$ 4.800;
- custos indiretos de fabricação variáveis: R\$ 1.280;
- custos indiretos fixos de fabricação: R\$ 1.920.

Nesse mês, a empresa produziu 10 unidades e vendeu 70% delas por R\$ 8.800.

Quais são os custos dos produtos vendidos de acordo com o custeio por absorção e com o custeio variável, respectivamente?

- R\$ 2.080 e R\$ 3.424.
- R\$ 6.720 e R\$ 5.376.
- R\$ 3.424 e R\$ 2.080.
- R\$ 5.376 e R\$ 6.720.
- R\$ 9.600 e R\$ 7.680.

135. A indústria MAVIFOR utiliza os componentes Alfa e Beta para a produção do produto X. As seguintes informações sobre os custos referentes a esses componentes, para alguns níveis de quantidades produzidas, são apresentadas na tabela a seguir

Componente	Quantidade produzida (un)	Custo unitário	Custo Total
Alfa	1.600	R\$ 3,20	R\$ 5.120
Alfa	2.000	R\$ 2,56	R\$ 5.120
Beta	1.600	R\$ 4,80	R\$ 7.680
Beta	2.000	R\$ 4,80	R\$ 9.600

Com base nos dados apresentados, os custos dos componentes Beta e Alfa, em relação ao produto X, são, respectivamente,

- a) fixo e variável.
- b) indireto e variável.
- c) variável e fixo.
- d) variável e variável.
- e) fixo e fixo.

136. Para produzir o produto ZETA, a empresa FORTALEZA S.A. incorreu nos seguintes gastos durante o mês de maio de 2026:

- Compra de matéria-prima: R\$ 400.000 (líquido dos tributos recuperáveis)
- Fretes e seguros para transporte das matérias-primas até a fábrica: R\$ 20.000 (não inclusos no valor da matéria-prima acima).
- Mão de obra direta: R\$ 96.000
- Remuneração da supervisão da fábrica: R\$ 120.000
- Aluguel do galpão industrial: R\$ 168.000
- Remuneração da administração geral da empresa: R\$ 311.520
- Depreciação dos ativos utilizados na produção: R\$ 72.000
- Comissão dos vendedores: R\$ 21.570
- Outros custos indiretos de produção: R\$ 56.000
- Materiais consumidos na administração geral da empresa: R\$ 53.920
- Encargos financeiros de empréstimos obtidos: R\$ 67.555

O estoque inicial de matéria-prima era R\$ 30.000, o estoque final R\$ 22.500 e não havia estoque de produtos em elaboração no início e no fim de maio de 2026.

Sabendo que a empresa utiliza o custeio por absorção, o custo da produção acabada no período foi, em reais,

- a) 1.236.000.
- b) 944.000.
- c) 932.000.
- d) 888.000.
- e) 964.000.

Atenção: Utilize os dados a seguir para responder às questões de números **137 e 138**.

A indústria MAVIFOR S.A. produz um único produto e, para produzir integralmente 1.000 unidades desse produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de maio de 2026:

- Custos fixos: R\$ 32.000
- Custos variáveis:
 - Matéria-prima: R\$ 20/unidade
 - Mão de obra direta: R\$ 36/unidade
- Despesas fixas: R\$ 48.000
- Comissões de venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

- Preço de venda: R\$ 220/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas
- Quantidade vendida: 600 unidades

137. Sabendo que a indústria MAVIFOR S.A. utiliza o Método de Custeio Direto, o custo unitário da produção período foi, em reais, do

- a) 20.
- b) 36.
- c) 42.
- d) 56.
- e) 88.

138. O ponto de equilíbrio da empresa, em unidades vendidas, é:

- a) 500.
- b) 670.
- c) 650.
- d) 641.
- e) 667.

139. Os produtos ALFA, BETA e GAMA são produzidos em um único departamento da empresa MAVIFOR S.A. As informações referentes ao processo produtivo da empresa no mês de maio de 2026 foram as seguintes:

Produto	MP (por unidade)	MOD (por unidade)	Quantidade total produzida	Horas de MOD (por unidade)
ALFA	100	200	1.000	2h
BETA	200	100	500	1h
GAMA	300	100	750	2h

Os custos indiretos, incorridos no mês de maio de 2026, totalizaram R\$ 448.000,00. A empresa adota o método de custeio por absorção e os custos indiretos são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta utilizada no período.

Sabendo que não havia estoques iniciais dos produtos, que toda produção do mês de abril foi finalizada e que não há estoques finais de produtos, o valor unitário dos custos indiretos de fabricação alocados aos produtos ALFA, BETA e GAMA, no mês de maio de 2026, foi, respectivamente, em reais,

- a) 320; 160; 320
- b) 272; 112; 304
- c) 224; 112; 224
- d) 320; 224; 112
- e) 224; 224; 224

140. As informações referentes aos produtos ME, MA e TH que são os únicos produzidos pela empresa MAVIFOR S.A., são apresentadas na tabela a seguir, com os valores expressos em reais por unidade:

Produto	ME	MA	TH
Preço de venda	176	192	208
Custos variáveis	20	44	58
Custos fixos	7	15	20
Despesas variáveis	29	20	24
Despesas fixas	10	7	8

Os custos fixos e as despesas fixas são comuns aos três produtos. Os custos fixos são alocados aos produtos com base nos custos variáveis de cada um e as despesas fixas são alocadas com base nas despesas variáveis de cada produto.

Se o objetivo da empresa MAVIFOR S.A. for a maximização do lucro, a ordem dos produtos que devem ter sua venda incentivada é, respectivamente,

- a) MA, ME, TH.
- b) TH, MA, ME.
- c) ME, MA, TH.
- d) MA, TH, ME.
- e) ME, TH, MA.

FLUÊNCIA DE DADOS*Renato da Costa*

141. De acordo com os princípios de Segurança da Informação previstos na família ABNT NBR ISO/IEC 27000/27001, analise a seguinte situação hipotética.

Em determinado órgão público, um sistema eletrônico de processos ficou indisponível durante o horário de expediente, impedindo que servidores autorizados acessassem documentos e registrassem movimentações. Não houve alteração indevida dos dados, nem exposição de informações sigilosas. Além disso, os usuários continuaram sendo identificados por login e certificado digital.

Nessa situação, o pilar da Segurança da Informação diretamente comprometido foi o da

- a) autenticidade, pois o sistema deixou de reconhecer corretamente a identidade dos usuários autorizados.
- b) confidencialidade, pois a falha tornou as informações acessíveis a pessoas não autorizadas.
- c) integridade, pois a indisponibilidade do sistema implica, necessariamente, alteração não autorizada dos dados.
- d) disponibilidade, pois a informação deixou de estar acessível e utilizável, quando necessária, por usuários autorizados.
- e) irretratabilidade, pois os usuários passaram a negar a autoria das operações anteriormente realizadas no sistema.

142. Considere a tabela VENDAS, com os campos ID_VENDA, VENDEDOR, VALOR e DATA_VENDA.

Deseja-se obter a soma total dos valores registrados na coluna VALOR da tabela VENDAS. Para isso, o comando SQL correto é:

- a) SELECT VALOR FROM VENDAS SUM;
- b) SELECT TOTAL(VALOR) FROM VENDAS;
- c) SOMA VALOR FROM VENDAS;
- d) SELECT SUM(VALOR) FROM VENDAS;
- e) SELECT VALOR + FROM VENDAS;

143. Em um estudo estatístico sobre dados de contribuintes, identificou-se a variável 'estado civil'. Considerando as classificações de variáveis, o estado civil é classificado como:

- a) Quantitativa discreta.
- b) Quantitativa contínua.
- c) Qualitativa nominal.
- d) Qualitativa ordinal.
- e) Quantitativa de razão.

144. O ciclo de vida dos dados compreende diversas etapas fundamentais para a governança e o gerenciamento da informação. Assinale a alternativa que apresenta uma sequência lógica comum das etapas de manuseio de dados:

- a) Descarte, transporte, armazenamento, manuseio e criação.
- b) Criação, manuseio, armazenamento, transporte e descarte.
- c) Armazenamento, criação, manuseio, transporte e descarte.
- d) Manuseio, criação, transporte, armazenamento e descarte.
- e) Criação, transporte, descarte, armazenamento e manuseio.

145. No contexto de sistemas de suporte à decisão e bancos de dados, qual é a principal diferença entre os ambientes OLTP (Online Transactional Processing) e OLAP (Online Analytical Processing)?

- a) OLTP é voltado para análises históricas, enquanto OLAP é voltado para transações operacionais do dia a dia.
- b) OLTP é otimizado para consultas complexas, enquanto OLAP é otimizado para inserções rápidas.
- c) OLTP é um banco de dados analítico e não volátil, enquanto OLAP é transacional e volátil.
- d) OLTP lida com operações transacionais (CRUD) de alta frequência, enquanto OLAP lida com consultas analíticas e consolidadas para apoio à decisão.
- e) Ambos utilizam a mesma arquitetura de dados e são idênticos em performance de escrita.

146. Na modelagem dimensional utilizada em Data Warehouses, existe uma estrutura específica em que uma tabela de fatos central é conectada a várias tabelas de dimensão de forma não normalizada. Como é denominado esse modelo?

- a) Modelo Estrela (Star Schema).
- b) Modelo Floco de Neve (Snowflake Schema).
- c) Modelo Transacional (Relacional).
- d) Modelo em Grafo.
- e) Modelo de Dados Semiestruturados.

147. Sobre os modelos de bancos de dados NoSQL e suas características, assinale a alternativa que correlaciona corretamente o modelo de dados ao sistema gerenciador de banco de dados correspondente:

- a) Redis é um SGBD orientado a documentos, focado em alta complexidade de consultas.
- b) Neo4j é um SGBD orientado a chave-valor, otimizado para operações simples e rápidas.
- c) Cassandra é um SGBD orientado a colunas, projetado para alta escalabilidade horizontal.
- d) MongoDB é um SGBD orientado a grafos, ideal para analisar dependências e redes sociais.
- e) PostgreSQL é o principal exemplo de SGBD NoSQL orientado a chave-valor apresentado durante a explicação.

148. O termo ACID é fundamental para garantir a confiabilidade de transações em sistemas de banco de dados transacionais. O que significa a letra 'I' nessa sigla e qual é o seu objetivo principal?

- a) Integridade: garante que apenas dados autorizados sejam inseridos.
- b) Indicação: identifica o usuário responsável pela transação.
- c) Isolamento: garante que transações simultâneas não interfiram entre si.
- d) Interatividade: permite que o usuário acompanhe o progresso da transação em tempo real.

e) Imutabilidade: impede que dados já gravados sejam alterados.

149. No diagrama entidade-relacionamento, quando temos um relacionamento do tipo N para N, isto é, muitos para muitos, entre duas entidades, qual é a prática recomendada para a implementação no modelo lógico?

- a) Fazer a fusão das duas tabelas em uma única.
- b) Criar uma chave estrangeira na primeira tabela apontando para a segunda.
- c) Criar uma chave estrangeira na segunda tabela apontando para a primeira.
- d) Criar uma tabela própria, associativa, para representar o relacionamento.
- e) Adicionar colunas de controle na entidade de maior cardinalidade.

150. Ao diferenciar o processo de carga de dados em ambientes tradicionais de BI, como Data Warehouse, e em ambientes modernos de Big Data, como Data Lake, qual é a principal mudança na ordem das operações?

- a) No BI utiliza-se ETL (Extração, Transformação e Carga), enquanto no Big Data utiliza-se frequentemente ELT (Extração, Carga e Transformação).
- b) No BI utiliza-se ELT, enquanto no Big Data utiliza-se ETL.
- c) O BI não exige transformação de dados, apenas carga direta.
- d) O Big Data exige que todos os dados sejam normalizados antes da carga, diferente do BI.
- e) Não há diferença nos processos, ambos utilizam obrigatoriamente a carga sequencial (ETL).

FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

151. De acordo com a visão clássica das funções do Estado sistematizada por Richard Musgrave, a política governamental de transferência de renda via Bolsa Família, que redistribui recursos dos contribuintes para famílias em situação de pobreza, é classificada como exercício da função:

- a) alocativa, pois aloca recursos públicos para corrigir falhas de mercado relacionadas à pobreza.
- b) estabilizadora, uma vez que programas de transferência reduzem a volatilidade do consumo agregado.
- c) distributiva, pois visa promover ajustamentos na distribuição de renda e riqueza considerada socialmente adequada.
- d) regulatória, já que o governo regula o mercado de trabalho ao exigir contrapartidas dos beneficiários.
- e) alocativa e estabilizadora simultaneamente, pois nenhuma função do Estado atua de forma isolada segundo Musgrave.

152. Em teoria das finanças públicas, um bem público puro é caracterizado pela presença simultânea de não rivalidade e não excludibilidade. Com base nessa definição, assinale a alternativa correta:

- a) A iluminação pública e os serviços de saúde prestados pelo SUS são exemplos perfeitos de bens públicos puros, pois ambos são financiados pelo Estado.
- b) A defesa nacional é o exemplo canônico de bem público puro: a proteção oferecida a um cidadão não reduz a disponível para outros e ninguém pode ser excluído de seu benefício.
- c) A não excludibilidade de um bem implica necessariamente que seu consumo seja rival, gerando o problema do carona apenas em mercados oligopolizados.
- d) Externalidades negativas, como a poluição, caracterizam bens públicos puros, justificando a

intervenção estatal por meio de tributação corretiva.

- e) O problema do "free rider" ocorre quando o consumidor paga mais do que o custo marginal do bem público, incentivando a superprodução pelo setor privado.

153. Sobre os conceitos de equidade tributária e os tipos de tributos no sistema fiscal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da capacidade contributiva corresponde ao critério do benefício, segundo o qual cada contribuinte deve pagar tributos proporcionais aos benefícios recebidos dos serviços públicos.
- b) Tributos regressivos são aqueles cuja alíquota aumenta à medida que a base de cálculo cresce, como o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) no Brasil.
- c) A equidade horizontal determina que contribuintes em situações econômicas diferentes devem ser tratados de forma diferente, enquanto a equidade vertical exige tratamento igual para iguais.
- d) Tributos indiretos, como o ICMS, tendem a ser regressivos em relação à renda, pois representam uma parcela maior da renda dos contribuintes de menor poder aquisitivo.
- e) As taxas, no direito tributário brasileiro, são tributos vinculados cuja receita pode ser livremente utilizada pelo ente federativo arrecadador para qualquer finalidade orçamentária.

154. Sobre o conceito de déficit público e as formas de financiamento do setor público, é correto afirmar que:

- a) O financiamento do déficit público pode ocorrer por emissão de dívida (títulos públicos), emissão monetária (senhoriagem) ou utilização de reservas, sendo que a emissão monetária possui potencial inflacionário.
- b) Déficit nominal é conceito mais restrito que o déficit primário, pois exclui os pagamentos de juros da dívida pública do cômputo do resultado fiscal.
- c) Um governo que apresenta superávit primário necessariamente apresenta superávit nominal, independentemente do nível de endividamento público.
- d) A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) no conceito nominal corresponde ao resultado primário acrescido das despesas com pessoal e custeio.
- e) Segundo o regime de competência fiscal, o déficit público é sempre nulo no curto prazo, uma vez que a emissão de títulos públicos compensa automaticamente o excesso de gastos.

155. O Governo Federal encerrou o exercício com as seguintes informações consolidadas: receitas primárias de R\$ 2.000 bilhões; despesas primárias de R\$ 1.850 bilhões; juros nominais incidentes sobre a dívida pública de R\$ 600 bilhões. Com base nesses dados e nos conceitos da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), assinale a alternativa correta:

- a) O resultado primário é deficitário em R\$ 450 bilhões, indicando que o governo gastou mais do que arrecadou em termos totais.
- b) O resultado nominal é superavitário em R\$ 150 bilhões, demonstrando que o setor público não necessita de financiamento externo.
- c) O resultado primário superavitário de R\$ 150 bilhões garante automaticamente a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo.

d) A NFSP no conceito primário equivale à soma do resultado primário com os juros nominais, totalizando um déficit de R\$ 450 bilhões.

e) O resultado primário é superavitário em R\$ 150 bilhões; o resultado nominal (NFSP nominal) é deficitário em R\$ 450 bilhões, pois os juros de R\$ 600 bilhões superam o superávit primário.

156. Uma usina termelétrica localizada às margens de um rio despeja resíduos que contaminam a água utilizada por agricultores e comunidades rio abaixo, gerando custos não compensados. Paralelamente, uma empresa de pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia gera conhecimento científico que transborda gratuitamente para outras firmas do setor. Com base na teoria das externalidades e no papel do governo, assinale a alternativa correta:

- a) Ambas as situações descritas são exemplos de externalidades positivas, pois em ambos os casos terceiros são afetados pela atividade de outra empresa sem transação de mercado.
- b) A contaminação do rio é uma externalidade negativa que leva à superprodução pelo mercado, pois o custo social supera o custo privado; o imposto pigouviano é o instrumento corretivo que internaliza esse custo externo.
- c) O conhecimento gerado pela empresa de P&D é uma externalidade negativa de produção, pois reduz a vantagem competitiva das demais firmas que investiram em pesquisa própria.
- d) Externalidades negativas levam à subprodução pelo mercado, pois os agentes privados consideram todos os custos sociais em suas decisões, tornando desnecessária a intervenção governamental.
- e) O teorema de Coase afirma que, em qualquer situação de externalidade, a intervenção governamental por meio de tributação é sempre superior à negociação privada, pois o Estado detém maior informação sobre os custos sociais envolvidos.

157. A política fiscal, enquanto instrumento de gestão macroeconômica, pode ser utilizada de forma discricionária ou por meio de estabilizadores automáticos. Sobre os objetivos da política fiscal e os mecanismos de estabilização, assinale a alternativa correta:

- a) Os estabilizadores automáticos são instrumentos de política fiscal que exigem deliberação explícita do Poder Legislativo a cada ciclo econômico, como a aprovação de novos programas de transferência de renda em períodos de recessão.
- b) Em uma recessão econômica, uma política fiscal expansionista discricionária consiste em aumentar os gastos públicos e/ou reduzir impostos, com o objetivo de estimular a demanda agregada e mitigar a queda no nível de atividade.
- c) O multiplicador fiscal é sempre maior que um na economia brasileira, o que garante que qualquer aumento dos gastos públicos gera necessariamente um crescimento do PIB superior ao próprio gasto adicional.
- d) A função estabilizadora do governo, segundo Musgrave, tem como objetivo principal redistribuir a renda e a riqueza entre os diferentes grupos da sociedade por meio de transferências e tributação progressiva.
- e) A política fiscal contracionista, caracterizada pela redução de gastos e/ou aumento de impostos, é sempre recomendada em períodos de recessão, pois reduz o déficit público e restaura a confiança dos investidores de forma imediata.

158. O sistema tributário brasileiro envolve diferentes esferas de governo e diversas modalidades de tributos, com implicações distintas para a equidade e a eficiência alocativa. Sobre tributação e o financiamento dos gastos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) As contribuições de melhoria, previstas no Código Tributário Nacional, são tributos de competência exclusiva da União, cobrados em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos específicos e divisíveis.
- b) O princípio do benefício e o princípio da capacidade contributiva são os dois critérios clássicos de equidade tributária; o segundo é de aplicação mais ampla no financiamento de bens públicos puros, pois o benefício individual é mensurável nesses casos.
- c) Os impostos seletivos incidem sobre produtos cujo consumo se deseja desestimular, como bebidas alcoólicas e cigarros, funcionando como tributos com função extrafiscal ao orientar o comportamento dos agentes econômicos.
- d) No Brasil, os impostos sobre a renda são de competência exclusiva dos estados, cabendo à União apenas a instituição de impostos sobre o comércio exterior e sobre operações financeiras.
- e) A hipótese de excesso de carga tributária (deadweight loss) ocorre apenas em tributos diretos, como o IRPF, sendo inexistente nos tributos indiretos sobre consumo, que são considerados neutros do ponto de vista da eficiência alocativa.

159. A sustentabilidade da dívida pública é um dos pilares da responsabilidade fiscal e da credibilidade macroeconômica de um país. Sobre os conceitos relacionados à dívida pública e ao resultado fiscal, considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) A dívida pública líquida do setor público (DLSP) é sempre inferior à dívida pública bruta do governo geral (DBGG), pois a DLSP desconta do total da dívida bruta os ativos financeiros detidos pelo governo, como reservas internacionais e créditos junto ao setor privado.
- b) A senhoriagem, enquanto fonte de financiamento do déficit público, consiste na receita obtida pelo governo por meio da emissão de moeda; no Brasil pós-Plano Real, seu uso como fonte sistemática de financiamento fiscal foi amplamente descartado em razão das metas de inflação.
- c) Segundo a equação dinâmica da dívida pública, para que a relação dívida/PIB se mantenha estável, é necessário que o superávit primário seja nulo, independentemente do nível da taxa de juros real e da taxa de crescimento do PIB.
- d) A dívida externa bruta de um país é sempre mais perigosa do que a dívida interna, pois os títulos denominados em moeda estrangeira não podem ser honrados com emissão monetária, ao passo que a dívida interna pode sempre ser quitada por impressão de moeda sem riscos.
- e) O resultado nominal do setor público e o resultado primário são sempre iguais quando a taxa de juros nominal da economia é zero, situação conhecida como armadilha da liquidez, em que a política monetária perde eficácia.

160. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101/2000) representa o principal marco institucional do federalismo fiscal brasileiro no que se refere à disciplina das finanças públicas. Sobre a LRF e o arcabouço fiscal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A LRF aplica-se exclusivamente ao governo federal, ficando estados e municípios submetidos a legislação própria de cada ente federativo, em respeito à autonomia federativa prevista na Constituição Federal de 1988.
- b) A LRF veda expressamente a realização de operações de crédito entre entes da Federação, salvo as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária, e proíbe que o Banco Central do Brasil conceda crédito direto ao Tesouro Nacional.
- c) O conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), fundamental para os limites previstos na LRF, corresponde à soma de todas as receitas públicas arrecadadas pelo ente federativo, incluindo as receitas de capital como as provenientes de privatizações.
- d) A LRF determina que o Poder Executivo encaminhe ao Legislativo apenas o Plano Plurianual (PPA), dispensando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para os municípios com população inferior a 50 mil habitantes.
- e) O Novo Arcabouço Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 200/2023, substituiu integralmente a LRF, revogando todos os seus dispositivos e adotando um sistema de bandas de resultado primário sem qualquer limite para o crescimento real das despesas.

Questão Dissertativa

O lançamento tributário, disciplinado pelo Código Tributário Nacional (CTN), é o procedimento administrativo indispensável para conferir exigibilidade à obrigação tributária principal. Sua efetivação e posterior revisão submetem-se a regras estritas quanto à aplicação da legislação no tempo e à possibilidade de alteração de critérios jurídicos adotados pelo Fisco.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

Tópico 1: Explique a natureza jurídica do lançamento tributário no que tange à obrigação e ao crédito tributário.

Tópico 2: Diferencie as regras de aplicação da legislação material e da legislação formal no momento da realização do lançamento.

Tópico 3: Esclareça a possibilidade de alteração do lançamento tributário motivada por mudança nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 1

Em março de **2029**, a empresa "Indústria de Máquinas Paulista", sediada em São Paulo (SP), vende um equipamento industrial para a empresa "Logística Nordestina", localizada em Recife (PE). O valor total da operação é de R\$ 200.000,00. No contexto de **2029**, o novo sistema tributário brasileiro já opera com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em alíquotas plenas, enquanto o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) iniciaram seu processo de extinção gradual, com alíquotas reduzidas a 9/10 do valor original. A transação financeira é realizada integralmente por meio de transferência bancária eletrônica no ato da entrega.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Explique a distribuição da competência tributária entre os entes federativos e como se define a carga tributária total do "IVA-dual" nesta operação interestadual.
2. Discorra sobre o direito ao creditamento por parte da empresa adquirente em Recife, relacionando-o ao conceito de "crédito financeiro" adotado pela reforma.
3. Analise a aplicação do mecanismo de "split payment" nesta liquidação financeira e sua relação com a condição para o aproveitamento de créditos tributários.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

Em março de **2027**, o senhor Alberto, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), faleceu, deixando como único herdeiro seu filho, residente no Rio de Janeiro (RJ). O patrimônio deixado consiste em um apartamento de luxo localizado em Guarujá (SP) e participações societárias em uma empresa de capital fechado com sede em Curitiba (PR). Além disso, Alberto era instituidor de um *trust* no exterior, cujos ativos financeiros deveriam ser transferidos ao filho no momento de sua morte. Pouco antes de falecer, em janeiro de **2027**, Alberto havia doado um veículo colecionável, que se encontrava em sua garagem em Porto Alegre, para um amigo domiciliado em Belo Horizonte (MG). O inventário foi aberto judicialmente em Porto Alegre (RS).

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Indique os entes federativos competentes para a instituição e cobrança do ITCMD sobre o imóvel, as participações societárias e a doação do veículo, justificando com base na localização dos bens ou domicílio dos envolvidos.
2. Explique a obrigatoriedade da estrutura de alíquotas do ITCMD após as alterações promovidas pela reforma tributária e pela legislação complementar.
3. Discorra sobre o tratamento tributário conferido aos bens vinculados ao *trust* no exterior por ocasião do falecimento do instituidor, abordando o momento da ocorrência do fato gerador e a sujeição ativa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>